



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 5/2025

Continuação da Sessão Ordinária de 27 de FEVEREIRO - 06 de MARÇO 2025

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, na Sala da Assembleia Municipal - Edifício Eng.º Duarte Pacheco, deu-se início à Continuação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:

----- **Lista de Presenças:** -----

22 Deputados Municipais do PS - Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Fernando Pereira Marques (1º Secretário), Elisabeta Ecaterina Necker (2ª Secretária), Fábio Miguel Cortes Nobre (em substituição de Maria Esteves Ferreira Lourenço), Carlos Manuel Pontes Costa, Manuel Vitorino Correia Inácio (em substituição de Vítor Cristiano da Piedade Ferreira), António José da Palma Clareza (em substituição de Pedro de Morais Lobo Martins Julião), Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Maria João Carapeto Tavares, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, João Pedro Medeira Cabrita, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, José João Magalhães David, Ana Paula Neto Coelho dos Santos, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião); -----

7 Deputados Municipais do PSD - Bruno José de Sousa Guerreiro (em substituição de João Carlos Dias dos Santos), Bárbara Maria do Amaral Correia, Márcio Alberto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Morgado Pires Rodrigues, André Manuel Rodrigues Dias (em substituição de Cláudia Isabel Martins Mendes), Victor Matos Coelho (em substituição de Hélder Faísca Guerreiro), Manuel Nogueira Martins (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Fábio Coelho Guia (em substituição da Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

2 Deputados Municipais do Partido CHEGA - Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro, Luis Manuel Esteves Delgado e Silva (em substituição de Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro); -----

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputada Municipal do CDS - Isilda Maria Mendes Guerreiro (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota); -----

1 Deputada Municipal da CDU - Carla Sofia Osório Gomes; -----

1 Deputada Independente - Ana Luísa Poeta Simões; -----

Também estiveram presentes, o Presidente da Câmara, Vítor Aleixo, o Vice-Presidente, David Pimentel, e os Vereadores, Ana Machado, Abilio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, João Paulo Sousa e Fernando Santos. -----

Não esteve presente o Vereador, Rui Cristina. -----

Não esteve presente, nem se fez representar, o Deputado, João José Paixão Carvalho Ferreira (PSD); -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **Ordem de Trabalhos:** -----



A handwritten signature in blue ink, appearing to read "António Costa".

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

3- Período da Ordem do Dia;

b) - Ponto de situação referente ao Centro Oncológico de Referência do Sul (CORS) no Parque das Cidades;

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 206-2025 [DMADS] - Emissão de Declaração de “Inequívoco Interesse Público” relativo à instalação de um Estabelecimento Escolar do 1º Ciclo (Escola Internacional), na freguesia de Almancil, cujo promotor é a Sociedade Above Inspiration Lda., nos termos do estabelecido na alínea d) do n.º 3 e do n.º 8 do artigo 88.º - A do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Loulé, na sua versão mais atual; para deliberação;

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 201-2025 [GAP] - Aprovação da Minuta da Escritura de compra e venda de ações, ao abrigo da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, (RJAL) na sua atual redação; para deliberação;

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2265-2024 [DRU] - Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé - Cidade Intramuros e Mouraria - Aprovação do Relatório de avaliação da execução da operação de Reabilitação Urbana (ORU) e aprovação da delimitação da área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé - Cidade Intramuros e Mouraria; para deliberação;

h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2356-2024 [UOSJ] - Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal, de uma parcela de terreno com a área de 4.134,00 m², inserida no Loteamento titulado pelo Alvará



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

de Loteamento n.º 2/2009, situado no sítio das Pereiras, freguesia de Almancil, concelho de Loulé; para deliberação;

i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2301-2024 [DACEC] - Presença do Município de Loulé na 29.º Conferência das partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP29), realizadas em BAKU, Azerbeijão, entre os dias 18 e 22 de novembro de 2024; para conhecimento;

j) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1-2025 [DACEC] - Município e Autarca de Loulé distinguidos nos Prémios ODSLocal; para conhecimento;

k) - Proposta da Câmara Municipal n.º 74-2025 [GAIQ] - Apresentação de Relatório de Monitorização e execução do Plano de Prevenção de riscos de corrupção e Infrações conexas (2023); para conhecimento;

l) - Proposta da Câmara Municipal n.º 118-2025 [DACEC] - Ratificar a celebração de um Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira com a Agência Portuguesa do Ambiente; para conhecimento;

m) - Proposta da Câmara Municipal n.º 356-2025 [DAF] - Declaração sobre Pagamentos/Recebimentos em atraso e Compromissos Plurianuais; para conhecimento;

Foram iniciados os trabalhos-----

O Presidente da AML tomou a palavra e disse: excelentíssimos deputados e deputadas, senhor Presidente Vítor Aleixo e executivo, cidadãos aqui presentes e que nos acompanham nas redes sociais, equipas de apoio à realização desta Assembleia,



*ant
V,
Até*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Língua Gestual Portuguesa, audiovisuais, e gabinete de apoio à Assembleia, minhas senhoras e meus senhores, muito boa noite a todos e a todas.

Esta semana Idália Farinho Custódio partiu deixando o nosso município mais pobre, professora que marcou para sempre muitos dos seus alunos, foi também poetisa e investigadora de literatura oral e tradicional. Nascida em Loulé em 1938, licenciou-se em Filologia Romântica, foi professora do ensino secundário, ensino básico e professora cooperante na Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve. Deixou-nos um rico património de poesia e literatura infanto-juvenil e literatura oral onde se destaca a sua maior obra, "Património Oral do Concelho de Loulé" em co-autoria com Maria Aliete Farinho Galhoz e Isabel Cardigos, na literatura infantil-juvenil entre vários títulos merecem destaque a "Viagem da Parker 51", "As Mãos do Meu Irmão", "Até à Estrela do Mar" e "Põe as Palavras na Lua". Em 1998 foi agraciada pelo Município de Loulé com a Medalha Municipal de Mérito Grau Prata. A Assembleia Municipal reconhece publicamente o enorme contributo da professora Idália Farinho para a promoção e salvaguarda do património oral do nosso concelho e expressa através da prestação de um minuto de silêncio seguido de uma salva de palmas a mais do que merecida homenagem a tão ilustre louletana.

Vamos então dar início à continuação da Assembleia Ordinária de 27 de fevereiro. Como informado na última Assembleia, a Deputada Núria Pintassilgo terminou a 3 de janeiro de 2025 o seu pedido de suspensão de mandato e enviou para a Mesa requerimento de renúncia ao mandato Deputada municipal com efeitos a partir do mesmo dia. A Assembleia já foi informada da fundamentação dos seus motivos de ordem pessoal e profissional e registou a sua declaração de profundo respeito e gratidão pela colaboração de todos os colegas durante o seu mandato. Como também informado na última sessão, o candidato não eleito que se segue na lista do partido socialista é Fábio Nobre que se encontra presente e irá hoje tomar posse, assim chamo Fábio Nobre para a leitura do compromisso de honra.

O Deputado Fábio Nobre (PS) tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Declaro por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

O Presidente da Assembleia disse: obrigado senhor Deputado, peço uma salva de palmas para a Deputada cessante Núria Pintassilgo, e também para o Deputado agora empossado Fábio Nobre. A Deputada Ana Paula Neto que tinha tomado posse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

aquando da suspensão de mandato da Deputada Núria Pintassilgo, por Fábio Nobre se encontrar no estrangeiro, regressa à sua condição de Deputado em substituição.

3- Período da Ordem do Dia; -----

b)- Ponto de situação referente ao Centro Oncológico de Referência do Sul, CORS no Parque das Cidades.-----

O Presidente da Assembleia disse: Agora sim, vamos entrar no período da Ordem do Dia, propriamente dito. Já apreciamos a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal e deliberamos sobre as alíneas c) e d) da nossa Ordem de Trabalhos. -----

Vamos então passar à alínea b) da Ordem do Dia: Ponto de situação referente ao Centro Oncológico de Referência do Sul, CORS, no Parque das Cidades. Foram-vos enviadas duas moções, uma do PS e outra do PSD tendo já a Assembleia sido informada que nenhuma delas entrou dentro do prazo, pelo que não serão colocadas à votação. Irei dar a palavra ao senhor Presidente Vítor Aleixo, seguidamente darei a palavra ao Deputado Carlos Martins do Bloco de Esquerda que foi o partido que propôs a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos e seguidamente os partidos usarão da palavra por ordem decrescente de representatividade. Tem a palavra senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara tomou a palavra e disse: Boa noite ao senhor Presidente e aos senhores Deputados, e ao público assistente. Quando o senhor Presidente me contactou a perguntar se poderia disponibilizar-me para apresentar este assunto à Assembleia Municipal, como sabe a minha resposta foi imediata, muito bem senhor Presidente, inscreva numa próxima reunião da Assembleia Municipal que naturalmente com todo o gosto estarei disponível e prestarei todos os esclarecimentos que me forem solicitados pelos senhores deputados. Não obstante este assunto ter sido já, creio eu, muitas vezes e publicamente exposto, é um assunto que foi alvo de discussão na praça pública, foi a propósito dele convocada uma conferência de imprensa, depois foi-me pedido que comparecesse na Comissão de Saúde na Assembleia da República onde tive a oportunidade de esclarecer todos os aspectos que dizem respeito à Câmara Municipal de Loulé na sua relação com o Centro Oncológico de Referência do Sul que, como sabemos, envolve outras entidades, não



an
H

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

só a Câmara Municipal de Loulé, mas também a Câmara Municipal de Faro que com a Câmara Municipal de Loulé, através da Associação de Municípios Loulé-Faro cedeu uma parcela de terreno que se localiza na área do Plano Pormenor do Parque das Cidades, a própria CCDR que era a entidade que se encarregaria de financiar o projeto e o mais importante de todos, a entidade mais importante, a entidade promotora desse projeto que era o CHUA - Centro Hospitalar Universitário do Algarve que hoje se chama Unidade Local de Saúde do Algarve. O enquadramento é este que, aliás, deve ser do conhecimento de todos os senhores deputados e deputadas e do público. Acontece que é um assunto muito sensível, um assunto de total delicadeza, uma vez que diz respeito a uma doença que afeta muitos milhares de pessoas no mundo, na nossa região também, portanto, um assunto que tem que ser e foi gerido por todos os intervenientes, não tenho a menor dúvida disso, eu só posso falar pela Câmara Municipal de Loulé, mas que foi gerido com todo o sentido de responsabilidade, com todo o sentido de que era uma matéria urgente e que não poderia haver qualquer atitude e posição da Câmara Municipal de Loulé que não fosse colaborar ativamente com a entidade promotora, o CHUA Algarve para que este Centro de Referência Oncológico do Sul pudesse desenvolver o mais rapidamente possível. Essa foi a nossa posição desde o primeiro minuto e essa continua a ser a nossa posição hoje, pese embora o assunto ter sido muito distorcido, muito argumentado no espaço público com argumentos muitas vezes não verdadeiros, é preciso dizer, algumas vezes com meias verdades e, portanto, isso hoje em dia acontece, não deveria acontecer num assunto que diz respeito a todos nós, aos nossos familiares, aos nossos amigos e em situação que tem a ver com esta doença que é hoje no mundo uma autêntica epidemia, nós estamos a viver uma epidemia do cancro que, como sabemos, é uma doença que muitas vezes tem um desfecho fatal e com grande sofrimento para todos aqueles que têm a infelicidade dela padecer. E, portanto, a atitude da Câmara Municipal de Loulé não poderia ser, porque somos pessoas de bem, todos nós somos pessoas de bem, perante uma questão destas não se brinca, não se trocam argumentos sem saber bem aquilo que se está a fazer e essa foi sempre a posição da Câmara Municipal de Loulé. Portanto eu agora quero, aos senhores deputados e deputadas, dar a cronologia daquilo que aconteceu e vou explicar tudo. -----

O assunto começou a ser falado em 2021 e o CHUA apresentou à Câmara Municipal a intenção de construir este Centro de Investigação e Tratamento da Doença Oncológica no Parque das Cidades, muito bem, houve uma reunião depois no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

gabinete do meu colega em Faro que, aproveito aqui num parênteses para dizer que desde o primeiro momento, teve uma atitude exatamente igual à minha atitude de colaborarativamente para que o projeto se pudesse concretizar o mais rápido possível. Tivemos uma reunião no gabinete dele com várias pessoas, aquelas pessoas que eram importantes para o desenvolvimento do projeto e logo ali acertamos que a Associação de Municípios Loulé-Faro cederia aquela parcela que nos foi solicitada. Houve depois um estudo prévio que nos foi apresentado pelo CHUA, mais uma vez, pela administração do CHUA na altura e que dizia que o objetivo era construir no Parque das Cidades um edifício exclusivamente para a medicina nuclear com aqueles equipamentos que nós conhecemos, com radioterapia, PET e toda a tecnologia adequada ao estudo e tratamento desta doença. Esse estudo, logo no primeiro momento, que nos foi apresentado apontava para uma área bruta de construção do edifício de cerca de 4600 metros quadrados e tinha estimado nessa altura um orçamento de 8 milhões de euros garantido pela CCDR. A dada altura houve muita desinformação a propósito deste ponto concreto, que eu quero também aqui tornar claríssimo para que não haja dúvida por parte de nenhum dos senhores deputados, diziam que aquilo é numa área verde, não pode ser, não, pode ser, de facto aquela parcela que está no Plano Pormenor do Parque das Cidades está em área verde equipada, se é equipada comporta um conjunto de equipamentos que são vários, mas entre eles lá está, equipamentos para estudo e investigação. Posso ler, a parcela está inserida e pode ser utilizada para o desenvolvimento de atividades de lazer, lúdicas, culturais, de investigação, desportivas e religiosas, portanto, o CORS logo desde o início teve um foco na investigação clínica, motivo pelo qual naturalmente que a parcela cedida era e é adequada à construção do CORS, portanto, espero que a primeira dúvida possa ficar desfeita.

Depois temos aqui como é que as coisas correram porque o projeto como se localiza no concelho de Loulé, o projeto teria que ser licenciado pelos Serviços Técnicos da Câmara de Loulé. O pedido da parcela começou em março e termina 8 meses depois com a cedência, o deferimento, a emissão da certidão da parcela, o pedido de emissão de certidão da parcela foi cedido já no mês de novembro, muito tempo, mas são as coisas burocráticas. A Câmara Municipal de Loulé, como podem reparar, respondeu sempre rapidamente e porquê? Porque eu andava em cima deste assunto, já nesta altura que estávamos a falar de um destaque de uma parcela para construir, eu atendendo ao melindre daquilo que estava em causa andei sempre em cima deste assunto desde o princípio e por aí podem ver que a Câmara Municipal de Loulé



Two handwritten signatures in blue ink, one appearing to be 'António' and the other 'Mário'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

respondeu sempre muito rapidamente. Depois temos o ano 2023, nada nos foi perguntado, nenhum projeto foi apresentado na Câmara Municipal de Loulé, tinham a parcela, tenho a certeza que contrataram o projeto e o projeto estava a fazer-se, portanto, no ano 2023 não há rigorosamente nenhum movimento. Em 2024, já no final de outubro, aparece um pedido de licenciamento para o equipamento, imediatamente a Câmara Municipal produziu um ofício de rejeição liminar do pedido apresentado. O pedido foi feito em 21 de outubro e no dia 1 de novembro toma posse a nova administração da ULS, é importante este dado também para que tenham em conta, e dezasseis dias depois a Câmara Municipal faz o ofício de rejeição liminar do pedido apresentado por não cumprir as regras urbanísticas. Senhores deputados, eu chamo agora um bocadinho a vossa atenção para este aspeto desta questão que tanta polémica tem suscitado. Como sabem os senhores deputados, os Planos de Pormenor têm regulamentos e têm regras urbanísticas que se aplicam à área do Plano de Pormenor, o Plano Pormenor tem áreas de construção, tem áreas de excedência, tem áreas verdes, tem áreas para tudo, mas tudo isso está plasmado e condensado num regulamento que é lei e o que é que acontece? Acontece que logo à partida é rejeitado liminarmente, isto significa o quê, senhores deputados? Que nem sequer passou à fase de análise técnica, é que antes de os serviços da Câmara Municipal de Loulé analisarem tecnicamente este ou outro projeto qualquer, eles podem rejeitar liminarmente e quando é que rejeitam liminarmente? Quando tem erros grosseiros, quando não cumprem várias situações óbvias e foi o que a Câmara Municipal fez para não perder tempo, ao fim de 16 dias rejeitou. No pressuposto de que a nova administração não tinha naturalmente tido tempo ainda para se aperceber das coisas, o que é absolutamente compreensível, a Câmara Municipal de Loulé tomou a iniciativa de convidar a equipa projetista com os responsáveis da ULS e chamaram-nos e disseram-nos, meus senhores está aqui um projeto, este projeto assim não passa e aqui também chamo a atenção dos senhores, eu estive na semana passada na Assembleia da República, como vos disse a responder a perguntas dos senhores deputados, e depois de mim esteve o meu colega de Faro, Rogério Bacalhau, e fizeram-lhe também perguntas, eu não estava lá, mas fizeram perguntas e depois tive a oportunidade de ouvir e sei que o meu colega da Câmara de Faro, que até é de outro partido político, disse esse projeto que aí está na Câmara Municipal de Faro teria exatamente o mesmo fim, portanto, senhores deputados, para aquelas pessoas que, eu tenho muita dificuldade em acreditar, pensam que eu tinha vontade de jogar politicamente com o assunto está aqui uma prova evidente. O meu colega da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Municipal ao lado disse esse projeto na Câmara Municipal de Faro teria o mesmo fim, portanto, eu acho que mais claro que isto e mais simples não se pode ser. É simples, claro, e ao mesmo tempo rigoroso e verdadeiro. Chamamos a equipa e dissemos que esse projeto não podia ser e agora vou explicar porque é que não pode ser. Não pode ser porque a área limite da parcela existente são 5559 metros quadrados e a área limite de intervenção proposta no projeto corresponde a 6907 metros quadrados, portanto, como veem passa bastante. Depois a área de construção admissível para aquela área que são 2% dos 31 hectares da área verde equipada do plano, pode-se utilizar 2% para a área de construção, a área máxima de construção para aquela parcela são 6228 metros quadrados e a área apresentada para a construção é de 7154 metros quadrados, mas uma vez um parâmetro urbanístico que é grosseiramente não observado e não respeitado e, portanto, senhores deputados, perante esta situação que é descrita na memória descriptiva dos próprios autores do projeto, não foram os técnicos da Câmara Municipal de Loulé que descobriram estas irregularidades, são os próprios autores do projeto que no projeto que submeteram à Câmara Municipal que dizem isto, logo, está aqui submetido pelo promotor, na página 7 da memória descriptiva e justificativa submetida à Câmara Municipal de Loulé, portanto, não foi a Câmara Municipal que inventou estes números, os autores do projeto, eles próprios identificaram as irregularidades. Perante isto, o que é que nós fizemos? Fizemos o seguinte, ou os senhores alteram o projeto, ah, não isso não podemos alterar o projeto, bom se não podem alterar o projeto então vamos alterar o Plano Pormenor, foi a proposta que 16 dias depois, meus senhores, 16 dias depois a Câmara Municipal de Loulé ativamente convocou e disse, há aqui um problema, isto não pode ser, vamos resolver o problema, ou alteram o projeto ou alteramos o Plano Pormenor, não queremos alterar o projeto, não pode ser, então alteramos o Plano de Pormenor, nunca mais nos disseram nada. Depois há aqui outra coisa que é dita frequentemente que é o seguinte, mas o que está na cave não conta para a área de construção, a apreciação dos técnicos da Câmara Municipal, estamos perante uma apreciação errada dos técnicos da Câmara Municipal, não, acontece que, diz aqui o edifício desenvolve-se em três pisos, um semienterrado e dois à superfície. No piso menos 1, o que estava previsto, de acordo com a memória descriptiva lá localizar, localiza-se neste piso áreas técnicas, alguns serviços clínicos nomeadamente a ressonância magnética, a TAC, a câmara hiperbárica, a radioterapia e até um bloco cirúrgico estava previsto para lá, portanto, iriam trabalhar pessoas administrativas, técnicos de radiologia, médicos, eventualmente enfermeiros, portanto, a área de



*Ant
Hugo
J.*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

serviços clínicos, logo esta área não é como disseram que não era contabilizável porque não é uma área de arrumos, é uma área de trabalho diário, trabalho com os doentes, trabalho e estudo, portanto, esta área naturalmente que conta para a área de construção, por isso o edifício ultrapassou em muito a área de construção e não podia ser, como é óbvio.

Solução, eu já vos disse, ou alteravam a área de construção ou íamos para um Plano de Pormenor e a Câmara Municipal teve disponível para as duas situações, nós não impusemos nada a ninguém, escolham os senhores, nós estamos aqui para colaborar ativamente e foi isso que fizemos. Depois esta é a memória descriptiva e justificativa, circulou ainda, porque o projeto ficou terminado em maio mas só foi entregue na Câmara Municipal de Loulé, em outubro porquê? É uma pergunta que ainda hoje não tenho resposta, não perguntem a mim porquê porque eu também não sou capaz de responder, não sei o que se passou e diziam que supostamente esteve a adaptar-se a uma alteração Legislativa porque a legislação que prevê a construção de equipamentos de saúde é de 2014 e foi publicada uma portaria em 11 de março de 2024 que supostamente interferia com o projeto, não meus senhores, de facto há uma legislação nova, mas que não interferia em nada com o projeto que foi entregue na Câmara Municipal de Loulé, portanto, argumentar isso desculpem é poeira, é ruído são argumentos para confundir. A verdade é que não interferia nada, está aqui a legislação e essa legislação que foi publicada, já agora vos digo também, não inviabiliza qualquer das opções, ou o CORS se faz numa unidade separada à parte ou o CORS vai para dentro do futuro hospital como foi decisão do atual Governo. O atual Governo através da senhora Ministra já fez saber logo na Assembleia da República que tinha tomado a decisão de passar este Centro de Tratamento de Oncologia para dentro do hospital, é o Ministério que manda, meus senhores, a Câmara Municipal de Loulé colabora com aquela que for a decisão da ULS e do Ministério da Saúde, nós nisso naturalmente como compreendem não temos que nos pronunciar porque esse não é um assunto da nossa competência, nós olhamos tecnicamente para o projeto e dizemos pode ou não pode, não pode, porque se eu aprovasse aquele projeto a seguir alguém depressa iria encarregar-se de mandar uma investigação e de ter consequências que nós sabemos quais elas são, que são invariavelmente a perda de mandato, portanto, eu não podia nunca aprovar aquele projeto, mas eu apresentei qual era a solução e não fiquei à espera meses, a Câmara Municipal de Loulé foi muito rápida a dizer isso, portanto, a legislação atual tanto comporta o CORS à parte, como dentro do hospital, não interfere com nada disso. Eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

queria repetir que cá estaremos do lado da solução que seja tomada pela ULS do Algarve e que melhor defenda a prestação dos cuidados de saúde das pessoas. Depois desta minha explicação, meus senhores, eu tenho a expectativa que não vos reste uma pinga de dúvida relativamente à postura correta, ativa e interessada em resolver um problema grande de saúde que nós temos no Algarve que é tratar as pessoas, dar-lhes assistência para evitar que elas num número tão grande recorram a estes serviços fora do Algarve percorrendo muitos quilómetros às vezes e parando até a Espanha onde naturalmente são transportadas as pessoas em carrinhas, se deparam com pessoas que compreendem mal a língua porque nem toda a gente comprehende bem a língua dos nossos vizinhos, há pessoas que compreendem, mas muita gente não comprehende e numa situação debilitada de doença é duro, portanto, é um problema que nós temos que resolver e não há aqui demagogias de ninguém, não há jogos políticos de ninguém, todos queremos, este problema é resolúvel, cabe resolver quem tem competência para isso, a Câmara Municipal de Loulé no dia em que meterem um novo projeto a mesma atitude que tivemos até aqui é aquela que vamos tomar no futuro que é rapidamente contribuir para que o projeto seja licenciado e a obra seja feita. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins do Bloco de Esquerda.

O Deputado Carlos Martins (BE) tomou a palavra e disse: obrigado senhor Presidente. Em seu nome cumprimento todos os que nos estão a ouvir. A pedido do Bloco de Esquerda, estamos na casa da democracia para sermos esclarecidos pelo senhor Presidente sobre os motivos que levaram ao chumbo de um centro oncológico dotado das valências médicas, formação e investigação com financiamento assegurado para servir os doentes oncológicos do Algarve e Baixo Alentejo localizado no Parque das Cidades perto do Futuro Hospital Central. Num terreno cedido pela Associação de Municípios Loulé-Faro e que segundo promessa do Ministro da Saúde do Governo do PS iria estar concluído no final de 2024. O Bloco de Esquerda solicitou no dia 8 de janeiro, portanto antes do assunto ser divulgado na imprensa, ao senhor Presidente da Câmara Municipal e em simultâneo ao senhor Presidente da CCDR um pedido de informações sobre o ponto de situação do Centro Oncológico. A Câmara Municipal respondeu no dia 27 de janeiro e cito “apenas podemos informar que o projeto foi rejeitado liminarmente”, solicitamos mais pormenores e não obtivemos



ans
Almeida
J.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

respostas. A CCDR respondeu no dia 27 de fevereiro após a audição na Assembleia da República. Na conferência que o senhor Presidente já citou esclareceu que o projeto excedeu limites da construção, somente, propondo alterar em 8 meses o plano, mediante esta situação o Ministro da Saúde decide que o Centro Oncológico seria integrado no edifício do futuro Hospital Central com base de que o processo tinha irregularidades. A manter-se a decisão do Governo, ganha o lobby privado da saúde, perde o Serviço Nacional de Saúde, perdemos um equipamento de saúde moderno para servir o Algarve e o Baixo Alentejo e perdem os doentes oncológicos que são forçados a longas e dolorosas deslocações a Lisboa ou a Sevilha para não falar dos custos dos projetos que a não serem aproveitados são lixo. -----

Senhor Presidente, por que razão não teve a humildade e iniciativa de informar esta Assembleia Municipal e a população em geral das razões que levaram ao chumbo do projeto no final de outubro e só o fez após a divulgação na imprensa? E porque não promoveu de imediato a revisão simplificada do Plano Pormenor do Parque das Cidades? Para que a culpa não morra solteira é necessário o apuramento da verdade. As coisas acontecem nesta Câmara Municipal e não são apuradas responsabilidades. O senhor Presidente como responsável pelo Pelouro do Urbanismo e Planeamento considera ter havido falha grosseira dos serviços na apreciação deste projeto por rejeição liminar do projeto por uso não estar adequado com o artigo 16 que, segundo a apresentação está perfeitamente adequado, o que não é verdade porque realmente no artigo 16 está lá taxativamente que pode ser. Perante os factos não temos dúvida que o Partido Socialista tem culpas, o senhor Presidente da Câmara tem culpas e o Conselho de Administração do CHUA tem culpas por terem desperdiçado as oportunidades. O PS inscreveu no programa de Governo e prometeu que o CORS estava em serviço no final de 2024, teve todas as condições políticas e financeiras favoráveis para cumprir e mais uma vez enganar os algarvios, mentiram aos doentes oncológicos e prejudicaram o Serviço Nacional de Saúde. No Algarve todo o poder de decisão era controlado pelo PS, incluindo a Câmara Municipal de Loulé, a AMAL, a CCDR o Conselho de Administração do CHUA foi nomeado pelo PS, portanto, porque não dialogaram, porque não chegaram a acordo? Com os erros do PS, ganha a direita e o populismo, portanto, mais outra. Tudo isto aconteceu devido à ausência de diálogo e articulação entre entidades públicas envolvidas e agora deviam ter humildade de pedir desculpa aos algarvios por não terem defendido um projeto de interesse regional tratado pela entidade licenciadora Câmara Municipal como de um simples armazém se tratasse, merecendo no dia 26 de outubro pela Divisão de Urbanismo a rejeição



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

liminar do projeto por uso não estar adequado com o artigo 16, que já vimos que é falso. O Bloco de Esquerda lamenta com base numa decisão errada, se tenha inviabilizado a construção do Centro Oncológico que se enquadra entre os usos permitidos. Senhor Presidente tudo isto é muito confuso, alguém está a mentir e importa apurar as responsabilidades políticas e se houver técnicas. Portanto, na reunião havida em agosto 2021, Câmara de Faro, Loulé e CHUA foi colocada alguma objecção em relação ao programa funcional do CORS ou condicionantes em relação à área pretendida? Ou à necessidade de rever o plano? Não, em março de 2022 o CHUA pede o destaque da parcela, a Câmara Municipal levou 7 meses para emitir o deferimento do pedido de certidão quando em agosto de 2021 tinha acordado a parcela a atribuir e no registo da parcela realizado no dia 22 de dezembro de 2022 não consta o nome do CHUA, porquê tanto tempo? Antes da assinatura do protocolo de cedência do terreno, a 12 de março de 2023, o senhor Presidente certamente terá sido aconselhado por pareceres técnicos e jurídicos que lhe deram garantias que tudo estava em conformidade com o regulamento do Parque das Cidades, nomeadamente com o artigo 16 quanto ao uso permitido. Ou foi considerada a necessidade de alterar o plano? Também não foi. Quando foi efetuada a escritura do direito de superfície do terreno em nome do CHUA? Estes atrasos deliberados ou não prejudicaram a elaboração do projeto e a hipótese do equipamento estar concluído no final de 2024. No dia 21 de outubro de 2024 o CHUA entrega o pedido de licenciamento na Câmara Municipal, desde a assinatura do protocolo em 12 de março de 2023 até à data do pedido de licenciamento passaram 18 meses, senhor Presidente alguma vez tomou iniciativa de contacto ou reunião com o Conselho de Administração do CHUA para saber a evolução do projeto? Em relação à rejeição liminar por uso não estar adequado com o artigo 16 porque não optaram pela intenção de indeferir? Dando ao promotor a possibilidade de audiência prévia alterar o projeto. O senhor Presidente da Câmara Municipal teve conhecimento antecipado da informação emitida pela Divisão do Urbanismo? O diretor do Departamento e a diretora Municipal não informaram da situação? Na audiência parlamentar, o representante do CHUA, Paulo Neves do PS, acerca da área de construção admissível admite 6228 metros quadrados acima da cota de soleira, o projeto apresenta 4136 metros quadrados acima dessa cota, como previsto no lote pedido, e os restantes 2067 enterrados no piso número 1 para serviço técnico logístico para bancas como impõe o licenciamento radiológico e sem construção admitida acima dos equipamentos enterrados. Quanto ao coeficiente de isolamento do solo está bastante abaixo dos 8% permitido e estou a citar o que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

senhor disse. Pergunto tendo em conta ao exposto concluímos que os técnicos da Câmara Municipal somaram as áreas da cave e o projetista não considerou, afinal quem tem razão? Existem duas regras para analisar estes projetos? Para terminar, a solução está ou estava, dado as notícias que soubemos ontem, nas mãos do Governo da AD, cabendo ao PSD demonstrar que está realmente interessado em defender os interesses do Algarve optando pela construção do Centro Oncológico como previsto no Orçamento de Estado para 2025 sem aguardar pela construção do Hospital Central que, quanto a nós, não se pode ser o dilema, tanto faz que o que o Centro Oncológico seja englobado no Hospital Central, ou seja construído num edifício à parte, o Hospital Central do Algarve nem daqui a 10 anos está pronto e este Centro Oncológico entre 2 anos máximo 3 estaria pronto com financiamento assegurado e reforçado pelo senhor Presidente da CCDR na audiência da Assembleia da República. Obrigado senhor Presidente.

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Costa do Partido Socialista

O Deputado Carlos Costa (PS) tomou a palavra e disse: em seu nome cumprimento todos os presentes e os que nos estão a assistir pelos meios audiovisuais. Queria aqui iniciar esta pequena intervenção pelo grupo municipal do PS no sentido de que considerando que os detalhes e o escrutínio e o diagnóstico estão feitos pelo levantamento das questões que têm sido ao longo do tempo trabalhadas, ditas e escritas no que toca ao problema do atraso na tramitação para a construção do Centro Oncológico de Referência do Sul. A minha intervenção prende-se com uma proposta no sentido de nos focarmos na solução, o problema está diagnosticado, os doentes precisam de ser tratados, nós temos que saber nós nesta casa e lá fora nas entidades CCDR e as Câmaras Municipais já o manifestaram, a CCDR, o Governo, portanto, a tutela precisamos saber se querem este equipamento construído ou não, na minha opinião não há está nada perdido. Sugiro que nos foquemos na solução sendo que para encontrar Assembleia Municipal todos nós e as entidades intervenientes, reporto Associação dos Municípios Loulé-Faro que manifestaram o interesse e a sua disponibilidade, a Unidade Local de Saúde do Algarve e a tutela Ministério da Saúde do Governo da República, todas as entidades têm que interiorizar e assumir que este equipamento de saúde é uma prioridade urgente no diagnóstico, tratamento e investigação do cancro para a região do Algarve e Baixo Alentejo, evitando que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

nossos doentes se desloquem para tratamento como atualmente o fazem a Lisboa ou a Sevilha, um dia pode calhar a nós, portanto, esta é a questão central, pelo que há que arranjar um prato para este peixe. Alguém disse a história do prato e do peixe, isto é, no âmbito do loteamento do Parque das Cidades se é possível efetuar, fazer a junção da área porque há terreno e alterar, caso seja necessário, associar ao uso para que não haja dúvidas sobre a questão da grande definição do uso sobre o local. Próximo, esta parcela, como foi dito, tem que ficar junto ao futuro lote ou futura parcela de onde será construído o futuro Hospital Central do Algarve que levará infelizmente alguns anos, se não fossem alguns milhões para fora talvez fosse uma realidade este e outros hospitais no país, dispensando ou não alteração ao Plano Pormenor, se é possível este tipo de tramitações, evitando uma alteração ao Plano Pormenor. Por conseguinte, em todo caso nunca houve falta de terreno e muito menos falta de projeto, há terreno, lá está, pode o prato e o peixe é outra coisa resolver, e muito menos falta de projeto porque ele existe, um projeto pode ser alterado ou não, a Unidade Local de Saúde pode aqui ter uma palavra a dizer, aliás, as Câmaras Municipais identificaram a necessidade ou não da alteração ao projeto, se for caso disso. Senhor Presidente, senhores deputados, este projeto esteve definido e assumido pelo Governo e pela CCDR, esteve do ponto de vista do financiamento, contando com o apoio da CCDR Algarve, uma verba inscrita no Plano Regional do Algarve PT 2030, contando com uma dotação de 9 milhões de euros, este é um projeto que já estava dotado de cabimento orçamental europeu aprovado de 8 milhões de euros, estou-me a repetir, inclusivamente está inscrito no Orçamento de Estado para 2025. Senhor Presidente, senhores deputados, exorto a que nos mobilizemos no sentido de que este equipamento de saúde seja uma realidade, pondo de parte as questões político-partidárias, que agora contam com mais intensidade, porque os algarvios e os alentejanos e os nossos doentes assim esperam isso de nós. Disse senhor Presidente.

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado Bruno Guerreiro do Partido Social Democrata.

O Deputado Bruno Guerreiro (PSD) tomou a palavra e disse: Boa noite senhor Presidente. Sintam-se a todos cumprimentados na sua pessoa. Eu vou fazer aqui um breve resumo da linha cronológica dos acontecimentos já aqui apresentados pelo senhor Presidente. Ora depois do estudo, em março de 2022 temos o CHUA que



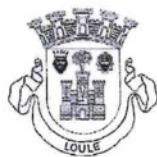
*Onay
Miguel*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

inicia o processo para a criação do CORS; 12 de abril de 2023 a Associação de Municípios cede um terreno com 5559 metros quadrados expressamente para a edificação do Centro Oncológico de Referência do Sul; 17 de maio de 2023 o CHUA lança em Diário da República o concurso público internacional para a execução dos projetos; dezembro de 2023 o governo PS aprova em conjunto com a União Europeia o Programa Regional do Algarve, garante o financiamento para este projeto; a 10 de outubro de 2024, o Governo PSD apresenta a proposta de Orçamento de Estado, respeitando os compromissos assumidos pelo anterior governo PS e garantindo a continuidade do projeto; 21 de outubro de 2024, o projeto deu entrada nos nossos serviços municipais; 24 de outubro de 2024, os técnicos municipais informaram primeiramente o responsável pelo Pelouro do Urbanismo sobre as questões levantadas relativamente à viabilidade do projeto; 28 de outubro 2024, segunda-feira, a técnica Eunice Antunes rejeita o projeto alegando que o uso proposto para o Centro Oncológico não se enquadrava na classificação da área verde equipada; a 29 de outubro de 2024, no dia a seguir, o Chefe de Divisão Alexandre Pinheiro confirma a decisão da técnica; a 26 de novembro de 2024, passaram-se, um mês depois realiza-se uma reunião entre o Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Loulé, o CHUA e os projetistas onde a Câmara Municipal de Loulé apresenta a sua proposta de solução.

No meio desta autêntica salgalhada administrativa, um ex-Secretário de Estado do anterior Governo PS questionado recentemente sobre o tema imputou responsabilidades à Câmara Municipal de Loulé, alegando que os Serviços Municipais prestaram informações incorretas e deficientes ao Ministério. Passo agora às perguntas, primeira, como é que é possível que após mais de dois anos de trabalho, com terreno cedido, com concurso público internacional lançado, financiamento assegurado e um compromisso governamental assumido, os serviços municipais só tenham identificado esta suposta incompatibilidade quando o projeto entrou nos serviços municipais em outubro de 2024? Se o terreno foi cedido expressamente para a edificação do Centro Oncológico e se a Câmara Municipal de Loulé esteve envolvida desde o início do processo porque é que não alertou para esta alegada incompatibilidade mais cedo? A Câmara Municipal desconhecia a classificação do solo ou só agora é que decidiu interpretá-la desta forma? Terceira, face à gravidade da situação, um bloqueio administrativo que pode comprometer um investimento crucial para a saúde da região quem assume responsabilidade política por esta atrapalhada? Até aqui se poderia pedir a sua demissão por este ato de gestão danoso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

para a saúde de toda uma região, mas a menos de 8 meses das eleições seria pior a emenda que o soneto, mal por mal ficamos como estamos. Por isso deixo-lhe aqui um desafio, este rapaz que aqui lhe fala perdeu uma avó para o cancro da mama, uma avó que foi um dos pilares mais importantes da minha vida e tal como tantos outros doentes oncológicos precisava de um centro especializado como este. Então a única coisa que peço é coragem, retirem por exemplo 12 milhões de euros ao investimento megalómano que pretendemos fazer no ABC, utilizemos os recursos financeiros que temos disponíveis e avancemos já com a construção do CORS pelo Município de Loulé. Se a classificação de área verde equipada for o problema, crie-se um consórcio entre a Câmara Municipal, a Unidade Local de Saúde do Algarve e a Universidade do Algarve, faça-se desse equipamento um centro de investigações e inovação na oncologia. No final de contas, as entidades públicas têm que cumprir os seus maiores desígnios pelas pessoas mais debilitadas. Concentrem-se para o bem de todos nós e ultrapassem as dificuldades por mais precisa, são 3500 doentes anuais algarvios, uma boa razão para esta luta. Presidente, lute para vencer as desculpas, lute para vencer o cancro. Disse.

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra a senhora Deputada Sandra Castro do Partido CHEGA.

A Deputada Sandra Castro (Chega) tomou a palavra e disse: Muito boa noite senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento a si e a todos os que assistem em casa e os que estão aqui presentes. Gostaríamos de deixar aqui algumas considerações e algumas questões em relação ao Centro Oncológico de Referência do Sul. Todos reconhecemos a urgência e importância que o Centro representa para o Algarve, desde sempre que somos sacrificados e preteridos no que a saúde diz respeito, senão vejamos, há quanto tempo esperamos pelo tão prometido Hospital Central do Algarve de que tanto precisamos e toda a gente reconhece a urgência da sua construção e até hoje nada. O Centro Oncológico de Referência do Sul veio efetivamente dar uma esperança aos algarvios na medida em que esta unidade tecnológica de diagnóstico e terapêutica especializada na prevenção e tratamento do cancro iria permitir assistir até 3500 doentes por ano não só do Algarve, mas também do Baixo Alentejo que se veem muitas vezes neste momento na eminência de se deslocarem até Lisboa ou até Sevilha a fim de se poderem submeter a exames ou tratamentos fundamentais para o diagnóstico, tratamento e acompanhamento da patologia oncológica que padecem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Tudo isto implica por tudo o que abrange grandes custos financeiros por volta de 6 milhões de euros por ano, mas implica também um grande desgaste emocional e físico para estas pessoas e suas famílias, que já se encontram numa situação de grande vulnerabilidade. Quando falamos de problemas oncológicos um dia que seja pode representar muito, um ano, um mês, uma semana pode muitas vezes fazer toda a diferença entre salvar ou não a vida de um paciente. O Centro Oncológico de Referência do Sul iria ter um investimento de 14 milhões de euros em que 8 milhões, por volta disso, seriam financiados por Fundos Europeus no âmbito do Programa Regional Algarve 2030 para deste modo tentar corrigir a reconhecida desigualdade regional do acesso a cuidados de prevenção, tratamento e cuidados oncológicos. Em abril de 2023 foi então celebrado o protocolo entre as Associações de Municípios de Faro, Loulé e CHUA, agora ULS do Algarve para cedência de um terreno no Parque das Cidades, com uma área verde equipada de 311.000 metros quadrados aproximadamente em que o máximo de construção seria de 6228 metros quadrados, mas ao que tudo indica o projeto entregue apresentou uma área de 7154 metros quadrados, sendo então rejeitado. Segundo a Câmara Municipal de Loulé, o projeto foi indeferido por três razões, primeiro a área de construção excede os limites permitidos, segundo o Plano Pormenor do Parque das Cidades, identifica o local como área verde equipada e terceiro a infraestrutura projetada ultrapassa os limites do lote. Questionamos se são estes os verdadeiros e únicos motivos e qual o papel da Unidade Local de Saúde do Algarve nesta situação, se tentaram corrigir o projeto porque o que acontece é que neste momento encontra-se tudo num grande impasse porque segundo parece a Câmara Municipal de Loulé rejeitou liminarmente o projeto. Por outro lado, o Presidente da Unidade Local de Saúde do Algarve, o doutor Tiago Botelho, afirmou à comunicação social que a Unidade do Centro Oncológico será integrada no futuro Hospital Central do Algarve, cujo investimento ronda os 450 a 500 milhões de euros e segundo ele o concurso será lançado em março e abril, mas todos sabemos o tempo que vai demorar a ser construído. Assim sendo, parece que a concretização do Centro Oncológico de Referência do Sul fica assim comprometida e corroborando ainda mais essa informação, a senhora Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, também já comunicou em Plenário da Assembleia da República a sua decisão de não avançar com o Centro Oncológico de Referência do Sul, tencionando incluir as suas valências no Hospital Central do Algarve, o que implicará um grande atraso, comprometendo assim a saúde dos algarvios. De referir que a conclusão do CORS chegou a ser anunciada para finais de 2024 e neste momento estamos na eminência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

de que nem venha a acontecer. Mas é tudo um pouco estranho, não há muita clareza em todo este processo até porque as últimas informações falam na obrigatoriedade dos chamados bunkers que segundo a alteração da lei que foi feita em março 2024 obriga a que as áreas destinadas a tratamentos com radioterapia, os denominados bunkers, tenham de ser construídos num piso subterrâneo e segundo a mesma legislação é obrigatório um bunker de reserva, o que por si só irá aumentar sempre a volumetria. Mas é de mencionar que toda esta situação pode inclusive comprometer até a vontade que o atual Governo diz ter, que é de incluir as valências do Centro Oncológico de Referência do Sul no projeto do Hospital Central do Algarve, e tendo em conta que o Hospital Central do Algarve se localiza igualmente no Parque das Cidades, até que ponto o Plano de Pormenor comporta a área de construção e implantação do futuro Hospital? É muito importante que se verifique esta situação para que no futuro não ocorra o mesmo erro que infelizmente parece estar a ocorrer com o Centro Oncológico de Referência do Sul, evitando assim continuar a prejudicar os algarvios, mas o importante agora é que o Presidente Vítor Aleixo e todos os intervenientes reúnam todos os esforços para que se possa encontrar uma solução o mais breve possível. Gostaríamos de deixar aqui bem explícito que o que o Chega pretende é que se encontre de facto uma solução, o importante é que se construa o Centro Oncológico de Referência do Sul independentemente das falhas que houve, fosse por parte de quem fosse, o que queremos agora é que o projeto do Centro Oncológico que se concretize o mais breve possível para assim poder servir melhor a população do Algarve. No entanto, gostaríamos que nos esclarecessem em relação ao projeto que foi apresentado e que acabou por ser chumbado, se efetivamente existiu um pedido de reunião por parte dos projetistas da Unidade Local de Saúde do Algarve antes do despacho da rejeição liminar com a argumentação de que o terreno não comportava o Centro Oncológico de Referência do Sul por se tratar de área verde equipado. Para assim de alguma forma tentarmos perceber se poderá existir eventualmente algum interesse por parte da Unidade Local ou de qualquer outra entidade porque não se entende o que é que realmente se passa com esta situação. E se realmente tiveram a possibilidade de procederem às alterações necessárias para que o projeto fosse aprovado porque é que não o fizeram? Mas agora o mais importante é de facto pensar nas pessoas e fazer tudo o que está ao nosso alcance para que a construção desta infraestrutura tão necessária e urgente para a nossa região e para os pacientes que dela necessitam possa acontecer. Muito obrigada. ---



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra a senhora Deputada Isilda Guerreiro do CDS.

A Deputada Isilda Guerreiro (CDS) tomou a palavra e disse: Muito obrigada senhor Presidente e cumprimento em si os presentes e que nos assiste lá em casa. Esta bancada não preparou nenhuma apresentação muito elaborada sobre este tema porque achamos que muito já foi dito pelas várias bancadas e acabamos por nos repetir uns aos outros quando o objetivo é unicamente tentar perceber o que é que falhou nesta obra, porque é que falhou e o que é que poderia ter sido feito para acelerar o processo. Já vimos aqui que a Câmara Municipal tem alguma culpa na demora nas respostas e na antecipação de uma obra tão importante, eu vejo-me aqui a refletir sobre as obras que esta Câmara Municipal tem feito até agora e vejo que tem havido uma grande aposta na saúde, nomeadamente no ABC. O projeto ABC já nos levou milhões, uma grande fatia do nosso orçamento e porquê? Porque supostamente, como diz o nosso senhor Presidente, é um projeto pioneiro na área da saúde. Então o Centro Oncológico não é um projeto pioneiro? Porque não chama a Câmara Municipal a si este projeto, porque não agarra a vida das pessoas? É porque do que nos serve querer estudar a ciência para vivermos mais tempo e para evitar recebermos doenças, testando animais e por aí fora como aqui há tempos vimos a apresentação que não recrimino, nem sequer me compete a mim e tal, mas se queremos estudar o que pode vir porque não agarramos e tratamos o que já existe? Certamente não haverá ninguém aqui nesta sala que não tenha um familiar com cancro, eu não sou diferente, a minha família tem cancro e vive com isso, felizmente esta minha familiar está bem por agora, não sei por quanto tempo e quando é que vai voltar a precisar do Centro Oncológico porque o cancro não se cura, ele vai e volta quando ele entender, eu não consigo aceitar que se gaste tantos milhões nuns projetos e não se gaste noutros, não consigo entender porque é que esta Câmara Municipal agarrou e fez por exemplo o espaço da GNR de Almancil, substituindo-se ao Governo e depois entrando em contas, como tantas outras obras já foram feitas que substitui ao Governo e entrou em contas quando o Governo era da mesma cor e agora para bem dos algarvios não há essa vontade. Vamos esperar que o Governo diga que é no Hospital novo, que temos promessas do PS, mas há alguns anos, há dezenas, para quando é que o Algarve terá o merecido respeito pelos que cá vivemos, para quando senhor Presidente? Não aceitamos que entregue nas mãos uma decisão sem lutar pelos algarvios, a Ministra disse, mas há contradições nessa informação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

esta Assembleia exige de si que lute pelos algarvios, que lute pelos portugueses, temos espaço, temos dinheiro, temos condições, temos vontade e temos doentes, vamos fazer alguma coisa pelos nossos doentes. Obrigada.

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra a senhora Deputada Carla Gomes da CDU.

A Deputada Carla Gomes (CDU) tomou a palavra e disse: Obrigada senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e o quem nos assistem em casa. O Presidente da Câmara Municipal de Faro na audição que se realizou no dia 25 de fevereiro na Assembleia da República a pedido do PSD termina com as seguintes palavras, "a Câmara Municipal de Loulé fez aquilo que tinha a fazer". A CDU está de acordo com a posição da Câmara Municipal de Loulé e realça a coragem dos trabalhadores que ao analisarem o processo, processo este de difícil decisão pela sua envolvência emocional e humanitária o rejeitarem liminarmente. Consideramos inadmissível que se brinque com as doenças das pessoas e das populações sobretudo na área da oncologia em que todos ficam mais frágeis e com a maior necessidade de ajuda. O problema está no facto de se querer ter uma Unidade de Saúde no Algarve, mas privada, através de uma parceria público-privada, ou seja, quem quer ter saúde tem que pagar. Estas infelizes peripécias só servem para distrair as pessoas e a população. A Ministra da Saúde em 6 de fevereiro de 2025 anunciou que finalmente se vão iniciar as obras do Hospital Central do Algarve e refere-se ao Centro Oncológico de Referência do Sul, o CORS, como um peixe que não cabia dentro do barco, garantindo que vai ficar incorporado no futuro Hospital Central do Algarve e apontou as culpas à Câmara Municipal de Loulé, dizendo que foi informada das irregularidades no processo por Francisco Ramos, antigo Secretário de Estado de Saúde do PS, e responsável pela equipa que estuda a futura parceria público-privada do Hospital Central. Disse tudo a senhora ministra do PSD. Mas os elementos do PS da anterior administração do CHUA já deveriam saber. Dai a demora na apresentação do projeto, o que dá agora é entregar saúde aos privados e às parcerias público-privadas, por isso desiluda-se o povo, a doença tornou-se um negócio, quem quer que a doença seja mais ou menos grave. As políticas levadas a cabo sempre pelos mesmos e sucessivos governos PS, PSD, CDS, reduziram trabalhadores, acabaram com as carreiras específicas, transformaram hospitais em empresas, transferiram doentes e recursos financeiros para os grandes grupos económicos que



an
Mig
P.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

operam no setor da saúde e puseram empresas cujo objetivo é o lucro a gerir unidades hospitalares. Quanto ao Hospital Central e à sua construção, quase todos os partidos já fizeram um abaixo-assinado a pedir e a exigir a sua construção, é tempo de perder as ilusões, mas a credibilidade, honestidade e a certa ingenuidade do povo português e, neste caso, em particular do povo algarvio faz com que acreditemos e já há 20 anos que acreditamos que o Hospital Central do Algarve seja construído, mas desiludam-se, o que virá é uma parceria público-privada. No que se refere a entregar ao negócio da saúde aos privados, tanto o PS como o PSD têm políticas iguais, mas erradas, estes sucessivos governos brincam com a saúde das pessoas passando à frente de tudo e todos em prol do negócio. Obrigada.

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra a senhora Deputada Ana Poeta do partido PAN.

A Deputada Ana Poeta (PAN) tomou a palavra e disse: Boa noite senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem nos assiste lá em casa. Isto de ser a última tem desvantagens e a vantagem é que vou fazer só um pequeno resumo, vou optar por não fazer mais uma resenha histórica, nem cronológica dos procedimentos, primeiro porque a cronologia apresentada é deste Executivo, provavelmente o projetista terá outra e a ULS terá outra, é como tudo na vida, há verdade, meias-verdades. Muito se tem falado do Centro Oncológico, da logística dos procedimentos, do empurra-empurra, da culpa e o que é que descobrimos até agora? Ou que ninguém tem culpa, ou que a culpa é de toda a gente, melhor ainda, a culpa é do outro, este é um processo estranho com muitas verdades, meias-verdades e muitas interpretações. O que sabemos realmente até à data é que temos uma parcela de terreno numa área verde equipada com terreno com uma área máxima de construção de 6.000 metros quadrados e aparece um projeto de 7.000, portanto, alguém não sabe fazer contas porque são contas básicas de marceneiros, num terreno de seis não cabem sete. Corremos o risco de perder o projeto e financiamento e pior, os nossos doentes oncológicos vão continuar a perder qualidade de vida e muitos deles a própria vida. O CORS agora vai estar indicado para ser incluído no Hospital Central provavelmente irá demorar 8 a 10 anos a estar pronto, em separado dois a três, senhor Presidente neste momento e citando o que disse há bocadinho, a melhor forma de defender a prestação dos cuidados da saúde das pessoas é ter um Centro Oncológico o quanto antes e em funcionamento, portanto, se nós já temos o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

terreno, se temos o financiamento, o Plano Pormenor está na mão do Executivo ou desta Assembleia, julgo que em dois ou três anos podemos ter um serviço digno para os nossos pacientes. Tenho uma questão: quando a parcela de terreno foi cedida qual é que foi a data da escritura da cedência? Quais é que foram os intervenientes e o que é que está escrito nela? Caso não haja escritura de cedência, eu gostava de saber como é que se pode apresentar um projeto de construção sem um documento que diga quem é o proprietário ou quem é que é o mandatário para a construção naquela área em específico? Muito obrigada.

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhora Deputada. Nós já temos 3 deputados inscritos, mas irei dar a palavra ao senhor Presidente para a primeira ronda de perguntas efetuadas pelos líderes de bancada. Tem a palavra senhor Presidente.

O Presidente da Câmara tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Depois de tudo aquilo que eu ouvi eu acho que a nossa condição de pessoas hoje em dia é uma condição muito estranha, é que perdemos não sei quando, não sei, através de que processo a capacidade de nos ouvir uns aos outros. Falamos para nós próprios, não escutamos, não dialogamos uns com os outros e assim é muito difícil evoluir e chegar a alguma conclusão. Dizemos coisas que são contraditados com factos, com cronologia exata, se uma coisa se passou no dia 21 de outubro não pode vir ninguém como acaba uma senhora Deputada agora de dizer que esta é uma cronologia e que há outras, que podem haver outras, há coisas que são factuais, eu apresentei aqui uma cronologia que espero que não sejam imprudentes na vossa argumentação a ponto de contrariar uma coisa que é factual, ocorreu naquele dia, aquelas reuniões, aquelas conversas, portanto, não há maneira de poderem negar estas coisas e, portanto, não foi só a cronologia, foram aqui várias coisas que foram ditas que eu vou ter que repetir, mas se é uma questão de debate para nós compreendermos uns aos outros e evoluirmos, aquilo que é chamado um debate racional, está muito bem, se é uma questão de fé, se cada um se fecha nas suas próprias verdades, não ouve mais ninguém à volta, pois vamos terminar o debate exatamente como começamos e eu acho que é isso que está um pouco aqui a acontecer. Foram tantas coisas que aqui foram ditas e aquelas mais violentas para mim eu nem vou responder, nem vou responder essas que fazem apelo de uma forma leviana e ligeira que tem não sei quem doente, todos temos, todos temos, não vale a



A handwritten signature in blue ink, appearing to read "M. J.", positioned in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

pena vir com isso, ou que têm muita pena das pessoas que circulam muitos quilómetros para fazer exames, são provavelmente os nossos familiares, todos sabemos disso, vamos fixar-nos e focar-nos naquilo que realmente interessa, senhores deputados, e eu garanto-vos que se tiverem a capacidade de me ouvirem, os senhores vão compreender que a Câmara Municipal de Loulé, ao contrário da que foi dito, que tem culpa, que demorou, mas tudo aquilo que eu apresentei demonstra que não há rigorosamente culpa nenhuma da Câmara Municipal de Loulé, que fomos super rápidos a responder quando nos colocaram questões e há coisas que nos são assacadas que não são da nossa responsabilidade, vocês têm que ver que o papel da Câmara Municipal de Loulé não é fazer o investimento, não é decidir se ele é no lugar A ou no lugar B, o papel da Câmara Municipal de Loulé é só perante um projeto analisá-lo, dizer está bem, está aprovado, podem construir, é o único papel da Câmara Municipal de Loulé. Lateralmente, evidentemente, eu como autarca não prescindo do meu papel político, nunca, de reivindicar para o Algarve os investimentos que eu acho que são do interesse da região e dos algarvios, sempre o fiz na vida e vou continuar a fazer, mas neste caso concreto, naquilo que estamos aqui a discutir, nós estamos a falar aqui de um projeto que é submetido à Câmara Municipal de Loulé por uma entidade promotora que é externa à Câmara Municipal de Loulé, que consegue financiamento numa outra entidade que é a CCDR e que coloca à consideração técnica da Câmara Municipal de Loulé, é só sobre isso que a Câmara Municipal de Loulé, de que eu sou a primeira voz e o primeiro rosto, que me tenho que pronunciar, nada mais, não façam demagogia com estas coisas, senhores deputados e senhoras deputadas, respeitemo-nos uns aos outros e, sobretudo, como representantes eleitos da população, respeitemos as pessoas lá fora. Humildade de informar, a Câmara Municipal de Loulé informou imediatamente quando foi questionado, portanto, não há aqui falta de humildade, eu não nunca pretendo nada, eu só pretendo e só tenho lutado sempre para servir as pessoas, onde é que está a minha falta de humildade neste processo? Digam-me com um exemplo concreto, não fujo às questões. ----- Vou esclarecer outra vez, vou repetir outra vez o artigo 16 do Parque das Cidades, sim, o Plano Pormenor do Parque das Cidades, ponto 1 e 2, alínea j), diz, eu li há pouco, que é possível naquela área verde equipada é possível haver uma pequena percentagem de construção. Quais são as coisas que podem ser construídas? Diz lá, entre várias, equipamentos para investigação, inovação, está lá escrito, agora se o projeto não fundamenta que aquilo que vai ali acontecer é a investigação na área do cancro e que para haver investigação é preciso haver uma estrutura para poder



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

receber os doentes, para equipar com equipamento de última geração e poder examinar as pessoas, estudar, sem esse equipamento, sem essa construção, sem esses aparelhos não pode haver ali investigação na área do cancro, como é óbvio, portanto, era preciso justificar o projeto e o projeto não veio justificado. Sobre as áreas que ultrapassam a área de implantação do edifício, o volume de construção, já disse, já demonstrei porque é que os senhores deputados querem mais? Onde é que está aqui o erro da Câmara Municipal de Loulé? É porque eu não encontro racionalmente, uma coisa que querem acreditar? É uma coisa religiosa e de fé? Pois que fiquem com a vossa fé aqueles que assim pensam porque também já vi que nem todos pensam aqui da mesma maneira, aqui dentro desta sala. -----

Se alguma vez levantamos alguma objeção, se quando cedemos a parcela não sabíamos que a parcela não, não, a parcela servia para aquele fim e nunca levantamos objeção às áreas porquê? Porque nós não conhecíamos o projeto, nós só conhecemos o projeto quando foi entregue na Câmara Municipal de Loulé no dia 21 de outubro, o estudo prévio apontava para uma área de 4600 metros quadrados, portanto, esse estudo prévio nós tivemos acesso e não levantamos nenhuma questão porque não era de levantar, quando chega ao projeto traz aquela área toda excessiva, bom, então aí foi o momento de levantar a questão e quantos dias levamos? 16 dias, senhores deputados, isso é muito tempo? Isso é demorar? Sejam justos nas vossas considerações e apreciações é que estamos a falar de um assunto tecnicamente complexo, que envolve várias entidades, um grande investimento que entrou na Câmara Municipal no dia 21 de outubro de 2024, estamos nos primeiros dias de março? Isto é levar tempo? Digam-me, isto é levar muito tempo? Por amor de Deus, sejamos realistas e mais conscientes quando nos pronunciamos sobre coisas que são coisas que dizem respeito à vida de todos nós. -----

A Câmara Municipal levou 7 meses? A Câmara Municipal não levou para o destaque da parcela, está explicado, é preciso entregar documentação e vejam a cronologia, eu vou pedir ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que distribua perante todos os senhores deputados o documento que eu apresentei e os senhores vão ver que onde levou mais tempo sempre foi do lado de lá, não foi do lado da Câmara Municipal porque a Câmara Municipal estava alertada, os funcionários da Câmara Municipal estavam alertados para a resposta rápida e foi isso que aconteceu, foi sempre o outro lado que demorou mais tempo a responder à Câmara Municipal, quando lhe eram pedidos elementos, quando eram pedidos documentos porque tinham de nos entregar através do ofício na Câmara Municipal, foi sempre do lado lá que levaram mais tempo.



*ans
mag
J.*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Outra questão, o projeto não foi reprovado, o projeto foi recusado liminarmente, um projeto é reprovado quando é analisado tecnicamente, ora o projeto nem sequer chegou à fase de apreciação técnica, de tal ordem ele era grosseiramente mal feito e reparem, eu não estou a fazer nenhuma consideração negativa com a equipa projetista porque os próprios projetistas na memória descritiva disseram logo isto está mal, isto é preciso ser dito, portanto, não nos digam que a Câmara Municipal recusou liminarmente o projeto porque quando se recusa liminarmente um projeto o que se espera é que imediatamente do lado de lá venha à Câmara Municipal e diz vamos lá sentar-nos e vamos lá resolver este assunto, admito com a mudança da Administração isso não foi feito, mas a Câmara Municipal em 16 dias pediu uma reunião, identificou o problema e disse temos duas maneiras de resolver, eu já disse isto não sei quantas vezes, mas eu espero que os senhores e as senhoras me oiçam. Quando assinámos o protocolo não sabíamos, sabíamos lá qual era o projeto, quando assinámos o protocolo não podíamos saber, assinámos um protocolo de cedência, o resto foi aquilo que eu vos expliquei aqui, senhores deputados, a cave tinha que ser contabilizada como área de construção é da lei. O que é que querem pedir aos serviços técnicos da Câmara Municipal, que não cumpram a lei? Tenho a certeza que não pedem isso, mas então se não pedem isso não verbalizem essa ideia tal como o têm feito até aqui. Focar-nos na solução, obviamente que sim, mas não somos nós aqui a parte mais importante deste processo, a parte mais importante deste processo chama-se ULS, aquilo que for decidido pela ULS a Câmara Municipal de Loulé colabora ativamente, já disse também muitas vezes, estou a repetir aquilo que já disse, não é difícil de compreender uma coisa tão simples. Não havia incompatibilidade nenhuma no projeto, há o terreno, o projeto pode acontecer ali, por favor não repitam isso outra vez.

Senhor Deputado Bruno Guerreiro, agora dirijo-me a si particularmente, com todo o respeito o senhor disse para retirar 12 milhões de euros do ABC, o projeto do ABC acontece que vai custar muito mais, vai custar cerca de 30 milhões de euros, mas sabe qual é o valor anual do orçamento desta Câmara Municipal? Este ano são 270 milhões de euros a somar a muito dinheiro que felizmente esta Câmara Municipal tem tido a felicidade de arrecadar, apesar das crises, apesar disso tudo, portanto, nós não estamos a falar aqui de um investimento que comprometa outros investimentos, não, este é mais um investimento que não compromete os outros, nem casas, nem estradas, nem ginásios, nem quartéis, nem nada disso, não compromete nada, temos tido a capacidade de fazer tudo até hoje e, portanto, vou-lhe dizer uma coisa, é que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

este investimento do ABC é precisamente para investigar, é ciência, investigação científica também na área do cancro, tem muitas outras valências, mas também vai servir para investigar na área do cancro. Vocês já têm hoje a funcionar uma ressonância magnética que vai para o edifício próximo Mariano Gago, de onde vai ser feita a investigação científica, que já está a examinar pessoas com cancro daqui de Loulé, já há pessoas que antes se faziam centenas de quilómetros para fazer exames de ressonâncias magnéticas, já são feitas aqui em Loulé e dentro de dias vamos inaugurar um laboratório de genética médica, também um investimento do ABC com a colaboração da Câmara Municipal de Loulé, que também é importante para a análise de marcadores, eu não percebo nada disso, como deve calcular, mas também é para colaborar no tratamento de pessoas com cancro. Senhores deputados, vocês estão perante uma Câmara Municipal que deviam de aplaudir, bater palmas àquilo que nós temos feito na área da saúde das pessoas e também na área do cancro, e ainda agora começamos porque nós iremos mais longe e eu espero com o vosso apoio, aliás, até hoje têm dado o apoio, apesar depois haver momentos destes que contradizem o apoio já manifestado aqui ao grande projeto do ABC. -----
Demitir-me eu? O PSD já me pediu mais do que uma vez a minha demissão, estou quase a chegar ao fim, como disse, vou continuar e vou sair de cabeça levantada com coisas muito positivas feitas no concelho e com pena de não ter podido fazer ainda mais que era aquilo que eu gostaria. -----

Nem culpa, nem demora, a Deputada Carla Gomes, no momento inicial reconheceu o trabalho da Câmara Municipal, agradeço o reconhecimento que fez, mas depois tem aquela a sua posição habitual, absolutamente respeitável, que a saúde é um negócio, eu tenho que concordar consigo, a saúde infelizmente no nosso país para muitos é um negócio e para outros como eu devia de ser um serviço de acesso universal e ao qual todos deveriam ter direito, mas eu não mando, senhora deputada, eu faço aquilo que eu posso dentro da minha filosofia política, dentro da minha ideologia política, eu sou um servidor das pessoas e eu não distingo quando está doente, entre o rico e o pobre, para mim todos deviam ter acesso a tratamentos iguais, isso não acontece, mas não é por mim, como deve imaginar, infelizmente sim a saúde hoje é um negócio, é por isso que nós em Loulé estamos a investir tanto no Serviço Nacional de Saúde e tanto nos serviços públicos como o INEM, que fizemos um grande investimento, como na GNR, que fizemos um grande investimento e que os senhores dizem gastam o dinheiro que o Governo é que deveria gastar, mas se nós temos esse dinheiro, se nós podemos gastar esse dinheiro então não é importante investir nas condições de



cont
Atas
Y.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

trabalho das nossas forças de segurança para nos dar paz e tranquilidade, sim, gastámos esse dinheiro, assumo isso e não estou nada arrependido, com o INEM a mesma coisa, não estou nada arrependido de a Câmara Municipal de Loulé ter-se substituído ao Governo e ter construído o INEM e se nos deixar ainda faremos mais, seja com o Governo anterior seja com este Governo. As perguntas foram muitas, em alguns casos que suscitam a minha resposta um bocado emotiva porque eu não posso ficar indiferente quando ouço os mesmos argumentos desde o princípio que começamos a tratar este assunto, são os mesmos argumentos, por favor ouçamo-nos uns aos outros. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia disse: muito obrigado senhor Presidente. Nós temos alguns deputados inscritos, mas eu atrever-me-ia a fazer aqui uma proposta ao Plenário. A primeira questão que eu acho é que temos que nos concentrar nas soluções e preocupar-nos neste caso não é com o futuro, é com o presente, mas também com o futuro de centenas ou milhares de doentes oncológicos do nosso município e da nossa região. Ao longo da análise deste processo e que também já foi abordado em sede de Conferência de Representantes foram-nos surgindo muitas dúvidas nomeadamente sobre se a distância do CORS em relação ao Hospital Central pode colocar em causa a vida de doentes de quem esteja em tratamento no CORS porque efetivamente tem lógica, há muitos doentes que têm reações alérgicas adversas ao tratamento e a distância de 350 metros, que parece pouco, pode ser a diferença entre a vida e a morte. Há dúvidas sobre se as instalações radiológicas podem ou não estar contíguas às restantes instalações hospitalares. Ouvimos tudo, há quem diga que sim, há quem diga que não, se sim estar tudo no mesmo Hospital Central levanta algumas questões. Há algumas certezas também, uma das certezas é sobre a morosidade da concretização do Hospital Central do Algarve, sobre esta também ninguém tem dúvidas. Também há outra certeza que eu penso que, quer se concorde, quer não se concorde, será uma certeza também é sobre os interesses privados nas parcerias para a construção e a quase certeza nas parcerias para a sua exploração. Há outra certeza também que é, se o CORS for um centro oncológico autónomo ele será exclusivamente do Serviço Nacional de Saúde e ficará de fora da parceria. Penso que isto é um bocado o balanço que eu faço de ao fim e ao cabo já de algumas semanas a pensarmos no assunto. E penso que surgem com pertinência algumas questões, nomeadamente, se há terreno mais próximo do Hospital Central para a construção do CORS? Se 350 metros é muito os municípios da mesma maneira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

que destacaram aquele terreno àquela distância eventualmente poderá haver como solução, o destacar terreno mais próximo das futuras instalações do Hospital Central. A outra questão é se há ou não vontade política para a construção do CORS mais próximo do Hospital Central, ao fim ao cabo como uma primeira fase deste mesmo Hospital Central e a iniciar a sua construção mais rapidamente possível, ou seja, há coisas que eu acho muito estranhas neste processo todo, aqueles da Conferência de Representantes já tivemos a oportunidade de falar nisto, mas uma das coisas que eu acho estranha é tanto prevista a construção de um CORS como é que em simultâneo faz parte do futuro Hospital Central as mesmas instalações de uma coisa que iria estar construída a 350 metros, portanto, é legítimo pensar que quem fez o planeamento do Hospital Central sempre partiu do princípio que o CORS não seria uma realidade, digo eu, parece-me que tem lógica. E por isso parece-me que a única maneira que nós poderemos todos ter de contribuir para isto e porque estas questões transcendem como já foi dito pelo senhor Presidente transcendem muito a Câmara Municipal de Loulé e envolvem outras entidades, nomeadamente, como também já foi referido a ULS Algarve, a CCDR, a minha proposta é que em sede de Conferência de Representantes se estude a realização de uma Sessão Temática sobre esta matéria em que as outras entidades sejam também convidadas a estar presentes, não tanto para nos concentrarmos no balanço do que é correu mal, porque não nos vai levar a lado nenhum, mas mais fortemente no futuro e naquilo que ainda está à nossa disposição para podermos fazer para que as soluções para os doentes oncológicos possa ter uma solução mais rápida que não aguardar pela conclusão do Hospital Central. Se os senhores deputados concordarem com isto, a Conferência de Representantes falamos por alto que esta poderia ser uma hipótese e foi unânime que sim, que esta é uma questão que também transcende a Câmara Municipal, não tanto no balanço do que é que correu mal, mas no que é que se pode fazer para o futuro, eu proporia que os senhores deputados inscritos prescindissem das vossas inscrições, já percebi que não, iria dar tempo para quem está inscrito se inscreva e a Conferência de Representantes irá abordar na próxima reunião a realização de uma Sessão Temática em que também a ULS venha, eventualmente anteriores responsáveis da ULS e eventualmente pessoas de referência nesta área que nos possam socorrer para de uma vez por todos percebermos se é negativo para os doentes oncológicos que o CORS seja construído à parte, se há ou não hipótese de construirmos as duas instalações quase contíguas e que as respostas possam ser mais céleres do que estarmos à espera 3, 4, 5, 6 ou sabe-se lá mais anos. Tem a



Ass
Attn
D.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

palavra João Cabrita, Partido Socialista. -----

O Deputado João Cabrita (PS) tomou a palavra e disse: Boa noite senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos, assim como quem possa estar a assistir remotamente. Eu, na realidade iria não prescindir da palavra em virtude daquilo que tinha dito, só queria referir uma pequena, não vou ler aquilo que escrevi porque iria voltar a chover no molhado, se assim podemos entender, iria incidir no aspetto técnico do projeto de arquitetura, penso que todos estão familiarizados com o que é a formatação de um processo de licenciamento de arquitetura, tem que ter as peças escritas e desenhadas adequadas para fazer representar o mesmo projeto e ser licenciado. Ora, eu dei-me ao cuidado de analisar todas as peças e o processo do ponto de vista técnico, identifiquei que ele estava mal instruído na medida em que eu posso explicar o porquê, porque não tem todas as peças desenhadas que possam representar aquilo que é o projeto, não tem cortes, não tem alçados, não tem cotas, tem uma única planta no projeto de arquitetura, o que faz com que seja muito difícil dissecar do ponto de vista técnico aquilo que foi dito e daí a rejeição liminar. Compreendemos, no entanto, que a memória descritiva está bem detalhada, mas está detalhada a um ponto que faz referência a ela própria que a memória descritiva tem mais área do que aquilo que permite, o Plano Pormenor do Parque das Cidades permite um coeficiente líquido de ocupação de 2%, nós temos quase 2.3%, o que é muito acima daquilo que é permitido. Também diz que é permitido só um piso e pontualmente um segundo piso, ora não conseguimos perceber no projeto de arquitetura porque não temos cotas altimétricas, mas conseguimos perceber nas imagens que acompanham a memória descritiva que ele efetivamente tem três pisos e pontualmente um quarto piso, a questão do estar enterrado e não estar enterrado penso que é muito simples de perceber que ele não está efetivamente enterrado e comporta valências que de utilização humana, como foi dito pelo Presidente. Dito isto também dizer que a memória descritiva está mal instruída na medida em que diz que cumpre o Plano Intermunicipal, o que manifestamente não é um caso e, portanto, não cumpre os parâmetros urbanísticos. Para concluir, há duas soluções possíveis e ainda há solução, há duas formas de resolver, das duas uma, ou o projeto pudesse cumprir aquilo que é estabelecido pelos parâmetros urbanísticos ou então far-se-ia uma alteração regulamentar ao Plano de Pormenor que teria que ser, desde que haja vontade política, aprovado por todos e tenho a certeza que pelo aquilo que ouvi hoje todos estão alinhados no mesmo objetivo, portanto, eu acho que é do interesse de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]
 todos contribuir para que isto aconteça e era só isto que eu queria dizer, não me quero alongar mais. Obrigado. -----

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra a senhora Deputada Bárbara Correia. -----

A Deputada Bárbara Correia (PSD) tomou a palavra e disse: Muito obrigada senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento os restantes elementos da mesa, executivo, deputados e funcionários. Eu queria fazer uma referência em primeiro lugar para o facto de se colocar este tema na Ordem de Trabalhos sem disponibilizarem qualquer documento sobre o assunto, portanto, este é um assunto cujos documentos e eu já lá vou, quais é que são os documentos, deviam ter sido disponibilizados aos senhores deputados. Os documentos que o senhor Presidente mostra aqui são documentos feitos por este Executivo e nem sequer são atos administrativos, não são oficiais, são tabelas, recortes de legislação, excertos da memória descriptiva, mas reparem que o senhor Presidente não apresenta o documento mais importante de todo este processo que é o próprio despacho de rejeição liminar. E aqui o senhor Presidente mostra logo a sua falta de seriedade a lidar com esta situação, se fosse sério o senhor Presidente disponibilizaria e apresentava aqui e agora o despacho de rejeição liminar que diz que o uso proposto de Centro Oncológico não é admissível, assim como todos os documentos administrativos referentes a este processo tão importante. Agora vejamos, de uma perspetiva de direito do urbanismo, em primeiro lugar o despacho de rejeição liminar não vem fundamentado, o que gera logo a sua invalidade e demonstra que este Executivo já está a desistir das suas funções, um despacho leviano, que é uma palavra que o senhor Presidente aqui muito utilizou e que é, aliás, um despacho inadmissível para o projeto que aqui está em causa pelas razões já elencadas por todos. Disse o senhor Presidente que quer tornar claro este assunto e referiu é área verde, pode ser lá feito o Centro Oncológico, ou seja, o uso é permitido, o uso era e é adequado e diz que espera que esta dúvida possa ficar desfeita, mas agora em vez de nos focarmos nas suas palavras desta noite vamos a factos. Se o despacho de rejeição liminar emitido pelo Chefe de Divisão está certo, então quer dizer que o uso de Centro Oncológico não é admissível no terreno que o senhor Presidente doou, o ofício diz expressamente é clarinho como a água, a proposta "insere-se em área verde, o uso proposto de um centro oncológico não se enquadra em área verde pelo que o processo será alvo de rejeição liminar." Notem pelo que



an
ato
O,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

será alvo de rejeição, é pelo uso, não é por falta de plantas ou porque falta esta planta ou aquela, diz expressamente devido ao uso é rejeitado liminarmente, até porque lhe digo mais, se fosse uma questão de plantas então aquilo que se faz é um aperfeiçoamento do pedido, o que seria aos meus clientes, eu sou advogada e estou a tentar especializar em Direito Urbanístico, quando chegam ao pé de mim e dizem que falta um documento, a Câmara Municipal notifica-os para aperfeiçoarem o pedido ou porque a planta não está correta, ou porque as áreas não estão de acordo, não há uma rejeição liminar, isso é o último do desfecho. E diz ainda o senhor Presidente que não houve uma análise técnica como se fossemos todos uns burros que aqui andamos, ora pode-se dizer que o uso não se enquadra, então houve uma análise técnica do projeto, obviamente eu acho que o senhor Presidente vive noutra dimensão neste tema, eu até fico preocupada consigo, sinceramente. O despacho diz numa linha a seguir em que já referiu que é rejeitado liminarmente, diz assim, "mais se informa que a proposta extravasa os limites", portanto, a análise que o senhor Presidente fez com as áreas do projeto e com excertos e documentos feitos por vocês devia tê-lo feito com despachos, analisar linha a linha e posso garantir-lhe que a chegar à mesma conclusão que eu, se o despacho está errado, então porque é que o senhor Presidente não revogou, se não revogou quer dizer que concorda com o despacho, se concorda com o despacho quer dizer que concorda que o ULS não é admissível porque é isso que diz no despacho. Vir agora dizer que o problema não era o uso e que nunca foi mas sim as dimensões do projeto é gozo, até porque eu digo mais, senhor Presidente, aquilo que o senhor Presidente diz aqui ou numa audiência qualquer ou lá fora na comunicação social vale zero, sabe o que é que vincula aos particulares as entidades públicas e as entidades privadas? Não é aquilo que o senhor Presidente diz aqui, é o despacho, é o ato administrativo, é isso que vincula as entidades e o que está lá escrito é que o Centro Oncológico não cabe no uso daquele terreno, portanto, estar agora a dizer aqui a toda a gente, a ombrear-nos, a dizer é possível, não é possível, ou então devia ter revogado o despacho. A crença aqui é toda sua, senhor Presidente, é a crença do errado, está certo, não é nossa, está tudo em si. O que é que esta Câmara Municipal podia ter feito e não fez? Se fosse verdade que o senhor Presidente concorda com aquilo que está no regulamento do Plano Pormenor, isto é que a área em causa permite instalações de investigação onde o Centro Oncológico poderia incluir-se, se isto fosse mesmo verdade, se o senhor Presidente concordasse que o uso é admissível, então o procedimento administrativo jamais poderia ser uma rejeição liminar. O procedimento correto era

*M
M
M*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

como já foi dito aqui esta noite, seria um projeto de indeferimento que permitia que o particular fosse ouvido no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados sobre o sentido provável dessa decisão e não serem ouvidos ou serem convocados para uma reunião, que é uma coisa que eu também nunca ouvi, após uma rejeição liminar, o que seria eu ter um cliente que me diz, “olhe eu tenho esta proposta, eu preciso de fazer alterações mas já tenho uma rejeição liminar”, não, não, isso é antes, tem que haver uma audiência prévia para que o particular possa efetivamente melhorar o projeto de acordo com as áreas, com as plantas que estão em falta, utilizam uma retórica, destroce totalmente a realidade e não consegue admitir, é que não ouvi nem aqui, nem na Assembleia da República que o despacho, o seu Chefe de Divisão está mal instruído, houve incompetência, trata-se de um erro grosseiro e pergunto, o senhor Presidente, assuma de uma vez por todas ou não que o Chefe de Divisão emitiu um despacho errado, quando diz expressamente que o uso não é admissível? Obrigada. -----

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Deputado Abel Matinhos. -----

O Deputado Abel Matinhos (PS) tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Em primeiro lugar e antes de mais, uma nota à Mesa: acho que que não concordo com a forma que a senhora Deputada Bárbara Correia se dirige ao Presidente desta Câmara Municipal e que revela uma falta de respeito não só para com o Presidente da Câmara Municipal, mas com toda esta Assembleia Municipal. Ficou claro com as audições parlamentares, com aquilo que o senhor Presidente da Câmara Municipal também disse nesta Assembleia Municipal, afirmado também pelos Presidentes da Câmara Municipal de Loulé, Presidente da Câmara Municipal de Faro, as administrações atual e anterior da ULS que os terrenos tinham aptidão para a construção deste equipamento e o respetivo financiamento existia, porém, repito, porém, o atual Conselho de Administração nomeado pelo Governo da AD propôs à tutela que o Centro Oncológico não fosse construído e que fosse integrado num futuro projeto, ou seja, num futuro projeto, já não é o projeto que estava do Hospital Central do Algarve. Ou seja, isto leva-nos a crer uma coisa e apenas uma, é uma opção política, repito, é uma opção política, o governo local disponibilizou-se para alterar o Plano Pormenor com a maior celeridade possível para resolver este problema, foi o Governo da República, da AD, que mais uma vez, repito, mais uma vez abandonou o



an
att
U.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Algarve e o sul do país. Pergunto, o que faz mais sentido? Temos o Plano Pormenor podia e pode ainda ser alterado, o projeto tem deficiências técnicas que ainda podem ser sanadas, mas temos todos que tomar uma decisão, se queremos ter dois projetos distintos com *timings* diferentes, e nisto se queremos ter um centro oncológico mais rapidamente possível construído, ou se queremos por outro lado juntar os dois projetos e adiar esta infraestrutura mais essencial para a região. Disse, obrigado senhor Presidente.

O **Presidente da Assembleia** disse: Muito obrigado senhor Deputado. A Mesa não concorda com a sua opinião acerca da intervenção da senhora Deputada Bárbara Correia, foi uma intervenção veemente. Não estamos muito habituados a tanta veemência, mas pareceu-me que foi dentro das regras normais, dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara por senhor Presidente, coisa que muitas vezes não acontece quando os senhores deputados se dirigem e às vezes vice-versa também, mas de qualquer maneira se o senhor Presidente se sentir lesado na sua honra ou dignidade... eu parece-me que nos limitámos ao debate político e é nessa base que estamos, pensamos da mesma maneira em muitas coisas, pensamos de maneira diferente noutras, é essa a riqueza da democracia e ainda há bocado o senhor Presidente disse, e muito bem, não pensamos todos da mesma maneira nesta casa, aliás, somos eleitos por forças políticas distintas e da mesma maneira pensamos nós demasiadas vezes, para aquilo que é hábito, porque nos temos centrado no interesse do Município. E é apelando às questões de interesse do Município que vou dar a palavra ao senhor Deputado Bruno Guerreiro.

O **Deputado Bruno Guerreiro (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado. Em primeiro lugar responder aqui à colega da CDU quando falou em ilusão, ilusão para mim era por exemplo pensar que a Câmara Municipal pudesse substituir-se ao Governo para fazermos por exemplo o Hospital Central do Algarve, agora acho que não é nenhuma ilusão se pensar que, como o senhor Presidente disse e vincou bem, se nós temos dinheiro porque é que não nos substituímos ao Governo e não fazemos nós o CORS? Afinal de contas era a saúde de todos nós que estava aqui em jogo. Se a questão era o Centro de Investigação podemos fazer aquilo que eu já tinha proposto na minha primeira intervenção que era a Câmara Municipal criar um consórcio entre a Câmara Municipal, a ULS do Algarve e a Universidade do Algarve e debaixo do argumento do Centro de Investigação e Inovação na Oncologia avançarmos com o CORS. Quando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

o senhor Presidente também falou aqui que já fizeram casas, quais casas? Aquelas que debatemos na Assembleia Municipal anterior, as 700 ilegais? Comparar o ABC com o CORS é comparar uma coisa que faz exames versus outra que faz tratamentos. Em relação ao meu colega Abel Matinhos do PS, penso que é jurista, ou pelo menos é o que corre que o senhor será jurista, dizer que um projeto que teve rejeição liminar pode ser retificado a seguir é só uma coisa inverosímil de se ouvir. Disse. -----

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado. Eu acho que vou fazer como o senhor Presidente da Assembleia da República fez aqui há uns meses atrás e é apelar aos senhores deputados que quando se dirigirem uns aos outros ou se dirigem ao Executivo usem o termo senhor, o você é muito usual no Algarve, não é muito correto em termos de língua portuguesa, portanto, tratemos a todos por senhor Presidente, senhor deputado, penso que nos fica bem a todos e que dignificará esta casa. Senhor Deputado Carlos Martins, tem a palavra. -----

O Deputado Carlos Martins (BE) tomou a palavra e disse: senhor Presidente as perguntas que nós fizemos eram diretas e bastava uma resposta sim ou não, mas não, o senhor Presidente como sempre divaga, diverge e não responde em concreto. O que está aqui em causa e acho que o senhor Presidente não percebeu, não está aqui em causa os metros quadrados de construção, o que está aqui em causa é a atitude abusiva da rejeição liminar, em vez da audição prévia, o que a Câmara Municipal devia ter feito é chamar o técnico e dizer, ou mandar um ofício, com a intenção de indeferir o projeto por isto, por isto e por isto e então o promotor tinha que alterar. Em relação à solução, nós concordamos plenamente que nos devemos focar na solução, já foram apontadas aqui algumas com os quais eu concordo porque um é um problema real que temos, outro é uma suposição de uma coisa que poderá acontecer ou não e eu até acredito, duvido que irá acontecer. Esta semana tive uma reunião com o senhor Presidente do ULS de Faro e surgiu uma ponta de uma réstia de esperança que está na intenção da Administração de Faro que a instalação do Centro Oncológico ainda possa ser feita e integrada no Serviço Nacional de Saúde de forma mais rápida e com financiamento assegurado e aqui eu peço realmente ao senhor Presidente da Câmara Municipal se realmente tem tanta vontade para fazer isto, não sei porque é que não respondeu à administração do hospital acerca de uma reunião acerca do futuro da construção do futuro Hospital Central que segundo parece também não cabe no terreno que ele está destinado.-----



*a1
J. J.*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado. Senhor Presidente tem a palavra. -----

O Presidente da Câmara tomou a palavra e disse: vou responder e vou começar por responder à senhora Deputada Bárbara Correia. Senhora deputada, a senhora que é estudante e espero que seja uma estudante com êxito e que se possa formar com muita competência nesta área, mas pela sua vida fora profissional vai sempre encontrar pessoas que a vão contraditar, faz parte da vida e na sua profissão isso será o dia-a-dia. Estamos perante um caso desses e eu quero explicar para que perceba bem, porque falou de uma forma muito entusiástica, mas permita-me contraditá-la no seguinte. Eu concordo com o despacho que foi feito, que fique claro, o despacho está feito, eu concordo com ele porque senão não tinha saído e repare uma coisa, concordo porquê? Porque volto ao regulamento do Plano do Parque das Cidades, no seu artigo 16 outra vez no ponto 1 e 2, alínea j) fala que é possível utilizar em área verde equipada, utilizar uma percentagem que está definida a construção do equipamento para investigação, o problema do projeto que foi submetido à Câmara Municipal, entre outros, que não vale a pena desvalorizar porque eles próprios, como foi dito ali pelo senhor Deputado João Cabrita, há outros aspectos que por si justificariam a recusa liminar daquele projeto, mas aqui relativamente àquela questão que coloca eu devo-lhe dizer que o projeto não veio fundamentado como projeto para investigação, devia ter sido colocado o foco que aquele equipamento se destinava à investigação e à inovação na área do cancro, não, a única vertente que ali acentuaram foi tratamento e esse é que é o erro, é que tinham que associar o cuidado naquela especialidade médica à investigação científica e isso não foi feito e é isso que é motivo de recusa liminar do projeto, está a entender? Portanto, um despacho liminar não é antecedido nunca da audiência de interessados, um despacho preliminar é exatamente para convocar imediatamente o interessado a procurar os serviços da Câmara Municipal para corrigir o que está mal no projeto, portanto, quando aqui dizem que um despacho preliminar é mal exarado porque devia preceder devia ter antes a convocatória dos interessados, está errado, processualmente há de ver lá nos seus apoios de estudo, que é assim que funcionam todas as Câmaras Municipais.----- O senhor Deputado Bruno Guerreiro disse faz exames versus faz tratamentos, senhor Deputado para fazer tratamentos é preciso fazer investigação, é preciso fazer exames antes e depois é que se fazem os tratamentos, isto é óbvio, portanto, não ponha uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

coisa contra a outra porque quem vai fazer tratamentos deve ter tido investigação antes, deve ter observado, examinado e por aí fora, depois é que aborda com as terapias e com as estratégias que os médicos conhecem.-----

Eu desconheço totalmente esse pedido da ULS para ter uma reunião por causa do Hospital Central, desconheço completamente, desculpe, fomos convidados para duas reuniões e comparecemos às duas reuniões de trabalho e digo-lhe que foi com esta ULS e não com a anterior, que nunca fomos convidados para ter qualquer reunião sobre o futuro hospital, portanto, as verdades têm que ser ditas, já tivemos duas reuniões e nunca faltamos e foram duas reuniões muito construtivas e que se evoluiu, aliás, foi nomeado interlocutor do lado da Câmara Municipal para responder imediatamente a todas as questões dos serviços técnicos da Câmara Municipal, o Vice-Presidente David Pimentel, portanto, não há nenhuma carta a pedir outra reunião, aquelas que nos pediram nós comparecemos. Não vale a pena pedir que não façam demagogia sobre isto, não confundam as coisas porque o assunto é sério. ---

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhor Presidente. Há mais dois deputados inscritos. A bem da democracia, Vítor Coelho tem a palavra. -----

O Deputado Vítor Coelho (PSD) tomou a palavra e disse: muito boa noite senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes aqui e lá em casa. Em relação a este tema do CORS, que é demasiado importante para todos nós, eu creio que existe demasiada controvérsia porque realmente há aqui uma revelação clara que há coisas que deveriam ter sido feitas e que não foram. Está óbvio que houve falhas no processo, não podemos assobiar para o lado e entender que de alguma forma as coisas não se passaram. Assisti e voltei a assistir à Comissão Parlamentar de inquérito da semana passada onde o senhor Presidente esteve presente em Lisboa na Assembleia da República, assisti e verifiquei que nessa Comissão Parlamentar de Inquérito um ex-colega seu do seu partido que estava à frente do CHUA na altura, o doutor Paulo Neves, que de resto é formado numa área de direito e na parte de urbanismo e construção, portanto, saberia claramente daquilo que estava a falar e que demonstra que foi claro que fez tudo o que era necessário para que o projeto fosse aprovado, ele demonstrou isso, falou isso tal como o senhor Presidente falou, aquilo que já aqui disse e que já demonstrou e como o seu colega de Faro também demonstrou que o projeto seria também liminarmente não aprovado na Câmara Municipal de Faro, até aí tudo correto. A doutora Ana Paula Martins, Ministra da Saúde



an
Sofia C.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

do Governo atual, que eu sei que tem o senhor Presidente Vítor Aleixo em muito boa conta, acabou por retribuir o contributo e o reconhecimento que este concelho e que este município tem dado em relação à saúde ao longo dos anos e não demorou a encontrar uma solução que apresentou e que é uma solução que até poderia servir eventualmente ou pode até servir os interesses do sul de Portugal neste tema que é o tema do tratamento das pessoas com cancro. No entanto, todos sabemos que o que é mais importante agora é que ele seja construído porque é deveras importante para todos nós, não sei se o facto do Hospital Central do Algarve, que virá a ser construído, vai ser construído a tempo útil ou não, mas deveria de ser construído antes deste Hospital do Algarve porque é realmente uma coisa muito necessária, não podemos estar aqui à espera uma década para que seja construído. Nesse sentido e após toda esta polémica e discordia, nós estamos de acordo com a intervenção do senhor Presidente Silva Gomes em relação a este tema e ao arquiteto João Cabrita também, têm que ser colocadas as energias em soluções, não podemos andar aqui a arranjar problemas e andar aqui a debater sobre o molhado, o que passou passou, os problemas existiram e foram realmente demasiado grandes para que nós tenhamos aqui hoje esta noite de debate, como já existiu a Comissão Parlamentar de Inquérito e tudo mais. Enquanto andamos aqui neste circo político, o mais certo é que este Hospital realmente não se construa ou o Centro Oncológico não se construa no tempo que nós desejamos, eu estou e creio que deveremos estar todos dentro desta sala preocupados com este tema. A culpa honestamente eu creio que não interessa, há demasiadas responsabilidades a serem apuradas, andamos aqui à procura de culpados quando o que mais nos interessa, e que creio que todos nós queremos aqui dentro, e é um sentimento de todos, é que se construa este Centro Oncológico. A solução disto existe, devemos colaborar todos e estar todos juntos na solução para este problema. Obrigado.

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra a senhora Deputada Sandra Castro do partido Chega.

A Deputada Sandra Castro (Chega) tomou a palavra e disse: peço desculpa senhor Presidente, mas penso que não me tenha respondido à questão que eu coloquei e se respondeu peço desculpa, eu fiz-lhe a questão se efetivamente existiu um pedido de reunião por parte dos projetistas da Unidade de Saúde Local do Algarve antes do despacho da rejeição liminar com a argumentação de que o terreno não comportava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

o Centro Oncológico de Referência do Sul por se tratar de área verde equipada, penso que não me tenha respondido a esta questão.

O Presidente da Assembleia disse: Tem a palavra senhor Presidente

O Presidente da Câmara tomou a palavra e disse: Não, não houve nenhum pedido de reunião da parte da equipa projetista, foi submetido o projeto, o projeto foi visto tecnicamente e foi objeto do despacho que já aqui várias vezes falamos esta noite, não houve nenhum pedido de reunião. A Câmara Municipal de Loulé é que quando faz o despacho em 16 dias pede à equipa projetista para virem à Câmara Municipal para tratar dos problemas que estavam em cima da mesa, não foram eles que pediram, fomos nós e não é isso que fazemos habitualmente, é sempre o interessado a pedir para reunir com os Serviços da Câmara Municipal. Desta vez foi ao contrário dada a natureza do assunto.

O Presidente da Assembleia disse: muito obrigado senhor Presidente. Não há mais inscrições. Vamos passar para a alínea e), sendo certo que em reunião da Conferência de Representantes iremos debater sobre qual a posição que tomaremos relativamente a este assunto que é de facto crucial, não só para o município, mas para a região.

Passou-se ao ponto seguinte;

Período da Ordem do Dia;

e)- Proposta da Câmara Municipal 206/2025, Emissão de Declaração de Inequívoco Interesse Público relativa à Instalação de um Estabelecimento Escolar de Primeiro Ciclo, Escola Internacional na Freguesia de Almancil, cujo promotor é a Sociedade Above Inspiration, Limitada, nos termos do estabelecido na alínea d) do número 3, número 8, artigo 88 A do Regulamento Plano Direção Municipal Loulé na sua versão mais atual.

O Presidente da Assembleia disse: Vamos então passar a apresentação da alínea e). Tem a palavra senhora Deputada.



an
M
01

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A **Deputada Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: senhor Presidente, de acordo e em cumprimento com o nosso Regimento no artigo 66º, vou solicitar a minha saída, não participando na discussão e votação. Obrigada. -----

O **Presidente da Assembleia** disse: Sim senhora Deputada. Tem a palavra senhor Presidente. -----

O **Presidente da Câmara** tomou a palavra e disse: no uso dos direitos do interessado, chegou à Câmara Municipal um pedido de declaração de interesse público para que uma escola que atualmente funciona possa ser legalizada. Esta escola é uma escola internacional que funciona na freguesia de Almancil, muito perto de Vale de Lobo e, portanto, este é um processo que se encontra a correr e de acordo com disposições regulamentares do nosso Plano Diretor Municipal, o interessado vem pedir a esta Assembleia a declaração de interesse público para poder legalizar esta escola, é tudo o que tenho a dizer, alguma pergunta tenham a bondade.-----

O **Presidente da Assembleia** disse: Muito obrigado senhor Presidente. Estão abertas as inscrições para os senhores deputados que pretendam usar da palavra. Tem a palavra Ana Poeta do partido PAN. -----

A **Deputada Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: obrigada senhor Presidente. Excelentíssimo senhor Presidente, ainda há uns dias discutimos nesta casa a demolição de casas sem licenciamento, agora temos uma escola que se instalou numa moradia familiar sabendo da legislação e do que é que estava a fazer, pretendem instalar um estabelecimento escolar do Primeiro Ciclo. Ora, o estabelecimento já está instalado quase há uma década e não é apenas para o Primeiro Ciclo uma vez que basta ir ao site da escola e perceber que oferecem atividades até aos 18 anos. Questiono: todas as crianças que tenham residência naquela área podem matricular-se e frequentar a escola de forma gratuita? É porque a declaração de interesse municipal é para infraestruturas e equipamentos, tal como foi referido na última Assembleia. Ora, uma escola particular acho que é um negócio que tem por vista o lucro ou deveremos abordar esta empresa da mesma forma como fizemos com as habitações ilegais e questionar quando instalaram a escola não sabia que era ilegal? Há quantos anos é que estão ilegais? É que também temos que fazer cumprir a lei e cito, sem cumprimento de regras, não há democracia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhora Deputada. Senhor Presidente tem a palavra.

O Presidente da Câmara tomou a palavra e disse: senhora Deputada não compete à Câmara Municipal de Loulé licenciar atividades escolares, essa é uma competência da Direção Regional de Educação e, portanto, se funcionaram até hoje alguma licença terão tido ou não, desconheço. Agora o que aqui está é um pedido que está formulado de acordo com a legislação aplicável e os senhores são soberanos, obviamente, os senhores deputados nas vossas considerações e juízos são livres de aprovar a proposta que aí está ou não. O que eu lhe posso dizer é que o pedido está instruído, está formalmente correto, está em condições de ser submetido à vossa apreciação, agora é tudo com esta Assembleia, com os senhores e com as senhoras deputadas.-

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins do Bloco de Esquerda.

O Deputado Carlos Martins (BE) tomou a palavra e disse: sobre esta proposta nós também ficamos aqui com algumas dúvidas como a forma como está formulada, dá a entender que o que está pedido, é apresentado um projeto para fazer obras numa moradia para transformá-lo numa escola, o que na realidade se verifica é que não, é que esta escola já existe há muito tempo, está em funcionamento, ainda bem, e que trata-se de legalizar uma coisa que não devia estar legal. Depois o promotor que faz o requerimento à Câmara Municipal apresenta-se na qualidade de arrendatário, logo pergunto se não é obrigatório que seja elaborado pelo proprietário, não se comprehende que ele seja dono de uma casa e seja o arrendatário a mudar a moradia para uma escola. Logo este pedido devia ser obrigatório e elaborado pelo proprietário. Eu pergunto se no processo está a declaração do proprietário que autoriza a alteração da escola. Depois gostaria também de saber a certidão do registo do imóvel para sabermos em que nome é que está realmente, também não está no processo. No processo não existe o mapa atualizado com a localização da moradia e sua atividade atual, está uma série de mapas, mas não se consegue saber o que é, mas se os técnicos da Câmara Municipal através do Google podiam ir lá e viam que aquela escola está identificada como Aspire, International School, aqui o que está pedido é uma Above, que não sei se será a mesma empresa, se não. Portanto, segundo



*CM
Mário
O.*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

informações colhidas na internet, que é uma coisa normal, esta escola está em atividade há vários anos. Outra pergunta é quando o grupo de trabalho apreciou o pedido foi com base na informação de técnicos e fiscais da Câmara Municipal que foram ao local certificar de que edifício se tratava? Pelo que vemos trata-se de legalizar uma situação de ilegalidade, portanto, se esta situação estava numa situação de ilegalidade pergunto porque que é que os serviços da Câmara Municipal não obrigaram a que passasse a legal? O que vemos também é que apresentado um projeto e ficamos com a dúvida se realmente é um projeto que decalque o que está lá, fizeram o levantamento do que está lá ou é um projeto para alterar, fazer obras para alterar a moradia? Este estatuto de inequívoco interesse público municipal, temos que ter muita atenção pois esta responsabilidade cai sobre os deputados municipais, isto é como a famosa lei dos solos, que a Câmara Municipal aprova, mas depois nós é que temos que decidir e pôr o pescoço se não estamos a incorrer numa coisa que está incorreta. Esta proposta deixa-nos muitas dúvidas, senhor Presidente.

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhor Deputado. Pode ser que o senhor Presidente consiga esclarecer algumas delas. Tem a palavra senhor Presidente.

O Presidente da Câmara tomou a palavra e disse: senhor Deputado quero lhe dizer que consta de facto a declaração do proprietário, está lá, essa questão que me coloca, sim, é para legalizar uma construção que não estava legal, mas isso é uma prerrogativa que qualquer proprietário que tenha uma construção, seja ela de que natureza for, pode ter a faculdade de recorrer à Câmara Municipal e legalizar, desde que seja legalizável, aqui neste caso é legalizável, o caminho está a ser percorrido pelo interessado, e aquilo que estamos aqui a fazer é obter deste órgão, que é o único com capacidade legal para o emitir, que é a declaração de inequívoco interesse público. O processo esteve em consulta pública, não houve qualquer objeção e, portanto, é o que me apraz dizer, o processo corre no urbanismo, mais concretamente é a alteração de uso de habitação para uma escola e para isso precisa desta declaração de inequívoco interesse público. Portanto, estamos a falar da alteração de uso de uma moradia para uma escola e precisa disto, isto é o que lhe posso dizer senhor deputado, não sei se satisfiz com a minha resposta as suas questões.

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhor Presidente. O senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Deputado Bruno Guerreiro do partido social-democrata tem a palavra. -----

O Deputado Bruno Guerreiro (PSD) tomou a palavra e disse: senhor Presidente Vítor Aleixo, uma pergunta curta e direta: a DGESTE ou a Inspeção-Geral de Educação e Ciência reconhecem esta escola?-----

O Presidente da Assembleia disse tem a palavra. senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara tomou a palavra e disse: não, não reconhecem. -----

O Presidente da Assembleia disse: senhor deputado, eu vou propor que a proposta seja retirada para descer à Conferência de Representantes para ser analisada lá em pormenor, eventualmente podermos pedir algum parecer jurídico uma vez como foi sublinhado pelo senhor Presidente é de inequívoco interesse municipal e como é de inequívoco e estão a surgir alguns equívocos eu penso que isto deve descer à Conferência de Representantes e vir numa próxima Assembleia já com as dúvidas esclarecidas. De qualquer maneira está inscrito o Bruno Guerreiro, pode continuar a falar. -----

O Deputado Bruno Guerreiro (PSD) voltou a falar e disse: Agora já não é preciso senhor Presidente. Já retificou, não íamos estar a legalizar uma coisa que é ilegal. --

O Presidente da Assembleia disse: a questão pode não ser nesses termos, levantam-se dúvidas é contra o ser ou não de interesse de inequívoco interesse municipal, mas analisaremos, eventualmente pediremos algum parecer se virmos que há necessidade disso. Vítor Coelho tem a palavra. -----

O Deputado Vítor Coelho (PSD) tomou a palavra e disse: Boa noite novamente. Só para rematar e a talho de foice em relação a este tema eu acho que nós desde a hora que cumpram os seus requisitos todos estes estabelecimentos de ensino que se queiram instalar dentro do nosso concelho devem ser apoiados estes e outros até porque nós temos que ter a noção que dentro do nosso concelho existem inúmeras famílias estrangeiras que querem cá passar o ano todo, com os todos os benefícios que isso nos traz a nós a nível económico, a nível social e tudo mais, e o facto de não conseguirem colocar os seus filhos numa escola internacional não lhes permite a eles



*ans
JL*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

que ficarem cá o ano todo, porque eles não querem que os filhos estejam numa escola pública portuguesa, querem uma escola que lhes dê a capacidade de poder ter os filhos a estudar dentro de um nível da linguagem que os filhos estão habituados a falar e infelizmente as nossas escolas públicas não têm essa capacidade de poder proporcionar. Como tal, seja este tipo de estabelecimentos, seja até como já tivemos aqui uma universidade a querer-se instalar dentro do nosso concelho, nós devemos de dar todo o apoio e de dar toda a concordância e estarmos todos a rumar para que eles se instalem e para que eles realmente venham e eu sei que este é um caso concreto que faz muita falta porque naquela zona concreta que estamos ali a falar é uma zona que temos uma importante comunidade estrangeira que deixa certamente muito bom à nossa região. Obrigado.

O Presidente da Assembleia disse: muito obrigado senhor Deputado. A proposta vai ser retirada, não vai ser submetida a votação para análise posterior pela Conferência de Representantes.

Passou-se ao ponto seguinte:

f)- Proposta da Câmara Municipal n.º 201-2025 [GAP] - Aprovação da Minuta da Escritura de compra e venda de ações, ao abrigo da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, (RJAL) na sua atual redação.

O Presidente da Assembleia disse: Vamos então passar a apresentação da alínea f). para deliberação. Tem a palavra senhor vice-presidente, David Pimentel.

O Vice-Presidente tomou a palavra e disse: muito obrigado senhor Presidente. Permita-me cumprimentá-lo a si e a todos os presentes na sua pessoa e que nos segue a partir das redes digitais, por economia de tempo. Esta proposta da aprovação da minuta de escritura de compra e venda de ações vem na sequência e é o passo final para a aquisição das ações do foro privado da empresa Inframoura e ela deriva do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, uma vez que a aquisição das participações do capital social está sujeita à fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Assim sendo é necessário que seja aprovada esta minuta da escritura para que nós possamos levar este título definitivo do negócio jurídico e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

portanto, com base nesta aprovação submeter para visto do Tribunal de Contas e assim encerrar o processo que iniciamos e que estamos finalmente a concluir agora todos juntos da municipalização da Inframoura com 100% do capital municipal. Obrigado. A alguma questão, estou disponível. -----

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhor vice-Presidente. O senhor Deputado Carlos Martins, Bloco de Esquerda, tem a palavra. -----

O Deputado Carlos Martins (BE) tomou a palavra e disse: este assunto esteve aqui na Assembleia Municipal em 27 de junho de 2024 e foi aprovado por maioria, que era a aquisição de 49% do capital social que era detido pela Vilamoura World. Passados 8 meses a Câmara Municipal solicita à Assembleia a aprovação de uma minuta de escritura compra e venda de ações que corresponda um título definitivo do negócio jurídico por forma a obter o respetivo visto do Tribunal de Contas, uma transação aparentemente rápida leva mais de 8 meses a efetuar quando a parte vendedora mostrou sempre disponibilidade, acho eu, que fosse resolvido com rapidez o negócio que resultaria da passagem da municipal Inframoura a ser detida com capital social só da Câmara Municipal, o qual nós estamos inteiramente de acordo.-----

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhor Deputado. Continuam abertas as inscrições. Não havendo questões, estamos em condições de passar a votação. -----

Passou-se à votação; -----

f)- Proposta da Câmara Municipal n.º 201-2025 [GAP] - Aprovação da Minuta da Escritura de compra e venda de ações, ao abrigo da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, (RJAL) na sua atual redação: foi aprovado por maioria com 33 votos a favor, 22 do PS, 7 do PSD, 2 do Chega, 1 do BE, 1 do CDS e 2 abstenções, 1 da CDU e 1 do PAN.-----

Passou-se ao ponto seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

g)- Proposta da Câmara Municipal n.º 2265-2024 [DRU] - Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé - Cidade Intramuros e Mouraria - Aprovação do Relatório de avaliação da execução da operação de Reabilitação Urbana (ORU) e aprovação da delimitação da área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé - Cidade Intramuros e Mouraria para deliberação.

O Presidente da Assembleia disse: Estamos em condições de passar à alínea g). Tem a palavra senhor Presidente.

O Presidente da Câmara tomou a palavra e disse: a proposta que aí está presente aos senhores deputados é no fundo aprovar a ARU no concelho de Loulé que em nada difere de que vigorou anteriormente no seu perímetro e com os seus objetivos. É um assunto que é conhecido, senhores deputados, e sobre os benefícios de delimitar a ARU em espaços urbanos são conhecidos de todos. No entanto se houver alguma dúvida, alguma questão, façam favor.

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhor Presidente. A senhora Deputada Ana Poeta do PAN tem a palavra.

A Deputada Ana Poeta (PAN) tomou a palavra e disse: considerando que a reabilitação do centro histórico de Loulé é benéfica para a reabilitação urbana da cidade do edificado e da preservação da nossa identidade e da memória é óbvio que consideramos uma mais-valia para a cidade e para os cidadãos. Ainda assim o relatório que nós tivemos o prazer de ler refere algures que chegados ao prazo dos 8 anos a área de reabilitação urbana em questão caducará a 5 de dezembro de 2024. Entretanto continuamos a ler os documentos e não conseguimos perceber como é que apenas no dia 4 de dezembro é que segue para consideração superior, portanto, na véspera de caducar, sendo que assinada pelo senhor Presidente logo no mesmo dia 5. À data de hoje já está caducada há 3 meses. Eu questiono se a área urbana do centro histórico a Cidade Intramuros é a mesma que está delineada para o Quarteirão Cultural? O que é que não foi realizado nos últimos 8 anos, o que é que falhou e qual será a consequência ou não do facto já ter caducado há 3 meses? Obrigada.

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhora Deputada. Senhor Presidente tem a palavra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da Câmara tomou a palavra e disse: foi de facto um lapso dos serviços, ela caducou, deveria ter sido renovada e por isso estamos aqui a propor a aprovação e que em nada difere nem dos propósitos, nem do perímetro da que vigorou anteriormente. Consequências não tem nenhuma, agora temos que aprovar porque os benefícios de ter uma ARU são muitos e daí a proposta que aqui está. Não devemos perder mais tempo porque de facto houve esse erro, que eu assumo a responsabilidade, que chegou ao fim e não foi renovada no tempo e, portanto, está aqui pouco tempo depois uma nova proposta para criar uma ARU que é igual em tudo à outra anterior.

O Presidente da Assembleia disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra senhora Deputada Ana Poeta.

A Deputada Ana Poeta (PAN) tomou a palavra e disse: pelo que percebi não tem então nenhuma consequência o facto de ter passado os três meses, não é? E não me respondeu, se coincide também com a delimitação do Quarteirão Cultural, é mais ou menos a mesma?

Tomou a palavra o Presidente da Câmara e disse: o Quarteirão Cultural está inserido no interior da ARU, portanto a ARU contém o Quarteirão Cultural.

O Presidente da Assembleia disse: obrigado senhor Presidente. Senhora Deputado Carlos Martins.

O Deputado Carlos Martins (BE) tomou a palavra e disse: eu estava convencido, pelas explicações dadas no primeiro ponto, que os técnicos da Câmara Municipal nunca falhavam, mas infelizmente falham como as outras pessoas falham normalmente. Foi um lapso, mais um lapso que compreendemos, muito trabalho. Queria perguntar se durante este período de 8 anos foram elaborados relatórios anuais ou parcelares e se esses relatórios não deveriam ter sido dados e comunicados à Assembleia Municipal. Por outro lado, parece-me assim uma resposta muito ligeira, porque é que não entregaram o relatório de avaliação dentro dos prazos previstos da lei, quer dizer, parece-me assim uma coisa um bocado leviana, mas pronto, acontece.



anjo
Miguel
Or

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da Assembleia disse: Obrigado senhor Deputado. Senhor Presidente tem a palavra.

O Presidente da Câmara tomou a palavra e disse: senhor deputado, não é nada leviano, a ARU funcionou com consequências muito positivas para a regeneração urbana da cidade de Loulé, se der uma volta, e eu sei que dá porque faz parte dos seus percursos de passeio na cidade que conhece muito bem, tão bem como eu, sabe muito bem que intervenções dentro do perímetro da ARU de recuperação de casas têm sido inúmeras, portanto, as consequências são inquestionáveis. Se me faz mais perguntas de natureza técnica, eu posso pedir aos serviços que me façam uma informação que entregarei ao senhor Deputado porque eu, detalhes do que é que aconteceu, o que é que foi aprovado, a dinâmica da ARU, pormenores confesso que eu neste momento não estou em condições de lhe responder. E sobre os erros dos técnicos da Câmara Municipal de Loulé, eles erram, são pessoas, como eu erro, como o senhor erra, como todos erram, não devem, mas acontece, numa casa que tem tanto trabalho, tem tantas situações a que responder com prazos marcados pode acontecer, aqui neste caso aconteceu, felizmente não tem consequências por aí além, assumimos o erro, não posso dizer mais nada.

O Presidente da Assembleia disse: Obrigado senhor Presidente. Não há deputados inscritos, pelo que iremos passar à votação.

Passou-se à votação;

g)- Proposta da Câmara Municipal n.º 2265-2024 [DRU] - Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé - Cidade Intramuros e Mouraria - Aprovação do Relatório de avaliação da execução da operação de Reabilitação Urbana (ORU) e aprovação da delimitação da área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé - Cidade Intramuros e Mouraria para deliberação: foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Assembleia disse: Senhor presidente, tem a palavra.

O Presidente da Câmara tomou a palavra e disse: chegou-me aqui pouco informação, mas alguma informação que acho que o senhor Deputado gostaria de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

saber, esclareço a todos muito rapidamente, os prédios devolutos no perímetro da ARU em 8 anos diminuíram para 1% está no relatório e que já aqui veio, o que aconteceu na ARU anteriormente já aqui veio e temos essa boa notícia que eu acho que nos satisfaz a todos.

Passou-se ao ponto seguinte:

h)- Proposta da Câmara Municipal n.º 2356-2024 [UOSJ] - Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal, de uma parcela de terreno com a área de 4.134,00 m², inserida no Loteamento titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 2/2009, situado no sítio das Pereiras, freguesia de Almancil, concelho de Loulé..

O Presidente da Assembleia disse: Vamos passar à alínea h). Tem a palavra senhor vice-presidente, David Pimentel.

O Vice-Presidente tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Apenas para referir que esta desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal segue aqui uma estratégia que o Município tem adotado com todas as Juntas de Freguesia, portanto, esta parcela localiza-se na freguesia de Almancil e o que estamos a fazer é permitir que com esta desafetação para o domínio privado municipal possamos depois atribuir o usufruto deste terreno para que a Junta de Freguesia de Almancil possa ter o seu estaleiro e um armazém de apoio logístico, circunstância que tem sido feita com várias freguesias, aliás, estão aí vários Presidentes de Junta que podem atestar, o apoio que a Câmara Municipal tem concedido porque tendo delegado competências, tendo apoiado naquilo que é criação de estrutura, na aquisição de equipamentos e viaturas é necessário também dotar as Juntas de Freguesia de capacidade logística e operativa e, nesse sentido, temos por vezes adquirido armazéns, por vezes cedido terrenos, por vezes apoiado financeiramente para algumas freguesias adquirirem os seus próprios armazéns, portanto, tem havido uma estratégia concertada entre todas as freguesias, nesse caso em particular a desafetação tem essa finalidade para a Junta de Freguesia de Almancil. Alguma questão, disponível para esclarecer. Obrigado.

O Presidente da Assembleia disse: muito obrigado senhor vice-Presidente. Tem a



ans
Hector
C

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

palavra Deputado Carlos Martins. -----

O Deputado Carlos Martins (BE) tomou a palavra e disse: segundo deduzi da leitura é que foi aprovado em 12 de agosto de 2024 e emitido o respetivo aditamento o alvará do loteamento. Esta desanexação, esta passagem do domínio privado para o público ou vice-versa, acho que sim. Esta alteração do alvará deste loteamento aumentou a área de implantação de 4328 metros quadrados para quase o dobro, o aumento da área de impermeabilização passou de 4400 metros para 26.000 metros quadrados, isto não será muito exagerado estes aumentos de construção e de isolamento do terreno?-----

O Presidente da Assembleia disse: muito obrigado Deputado. Tem a palavra senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara tomou a palavra e disse: tudo o que está proposto se contém dentro dos parâmetros da legalidade e atendendo a que se trata de uma Freguesia que nos últimos anos tem revelado um dinamismo, um desenvolvimento muito importante, a própria Freguesia tem-se dotado de mais quadros humanos, presta mais serviços, mais e melhores serviços à população precisam de ter condições de trabalho, precisam de ter um armazém amplo e precisam de ter onde arrumar as suas máquinas, onde poder organizar o trabalho, planear e, portanto, pode parecer muito, mas é aquilo que é adequado para que a Junta de Freguesia possa organizar os seus serviços e prestar um melhor serviço à população.-----

O Presidente da Assembleia disse: Obrigado senhor Presidente. Não havendo inscrições, estamos em condições de passar à votação. -----

Passou-se à votação; -----

h)- Proposta da Câmara Municipal n.º 2356-2024 [UOSJ] - Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal, de uma parcela de terreno com a área de 4.134,00 m², inserida no Loteamento titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 2/2009, situado no sítio das Pereiras, freguesia de Almancil, concelho de Loulé: foi aprovada por unanimidade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]
Passou-se ao ponto seguinte: -----

i)- Proposta da Câmara Municipal n.º 2301-2024 [DACEC] - Presença do Município de Loulé na 29.º Conferência das partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP29), realizadas em BAKU, Azerbaijão, entre os dias 18 e 22 de novembro de 2024.

O Presidente da Assembleia disse: Estamos em condições de passar à alínea i). Para conhecimento, tem a palavra senhor Presidente.

O Presidente da Câmara tomou a palavra e disse: dizer que um autarca de Loulé, eu próprio estive em Baku no Azerbaijão onde se organizou a Conferência das Partes sobre o Clima, fomos convidados por uma organização que é a Pin Circle, participamos em várias conferências, foi um momento muito enriquecedor porque comigo foi uma técnica da Câmara Municipal de Loulé, Chefe de Divisão Responsável pela Divisão da Ação Climática e Economia Circular, foi de facto um momento único e que pessoalmente eu que tenho me dedicado a esta temática, à sua importância desde praticamente o primeiro dia é que assumi funções já no longínquo ano de 2013, foi uma enorme satisfação poder ter lá estado, ter conhecido aquilo que se está a fazer em todo o mundo por vários governos, em vários países do mundo, para que o mundo possa encarar aquele que do meu ponto de vista é talvez o maior e o mais importante desafio com que a humanidade se está confrontada que é a mudança brusca do clima e a necessidade de todos nos adaptarmos a essa mudança do clima e eu queria dar nota disto. Se quiserem informação mais detalhada com certeza que arranjarei informação abundante, como devem calcular.

Passou-se ao ponto seguinte: -----

j)- Proposta da Câmara Municipal n.º 1-2025 [DACEC] - Município e Autarca de Loulé distinguidos nos Prémios ODS Local.

O Presidente da Assembleia disse: Senhor presidente, eu pedia autorização à Assembleia para, de imediato lhe conceder a palavra para continuar na alínea j), uma vez que continuamos na mesma área dos ODS e do ambiente e apresentava já a



A handwritten signature in blue ink, appearing to read "António J." or similar.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

proposta 1/2025. Tem a palavra senhor Presidente. -----

O **Presidente da Câmara** tomou a palavra e disse: a Plataforma ODS Local decidiu atribuir-me um prémio pelo papel que, neste caso eu próprio, peço desculpa por falar em nome próprio, mas é o que é e atendendo ao papel que tenho tido junto dos municípios portugueses e tudo aquilo que temos feito para sensibilizar mais municípios para esta problemática do desenvolvimento sustentável, todos aqui felizmente sabemos o que é isso, a Câmara Municipal, há uma grande cultura, há um grande conhecimento, já ouviram falar imensas vezes, a Câmara Municipal de Loulé é uma das Câmaras Municipais claramente de vanguarda no país e comparativamente que compara bem com aquilo que de melhor se faz nos vários países do mundo e, portanto, esse é o reconhecimento do papel que pessoalmente tenho tido nisso. Nós criamos por proposta nossa num Congresso da Associação Nacional de Municípios uma secção para agregar todos estes municípios, esta secção, à qual eu presido, é das mais ativas no país, todos os municípios estão a trabalhar e dentro da perspetiva da sustentabilidade que não é só ambiental, são 17 os objetivos do desenvolvimento sustentável de acordo com a agenda 2030 das Nações Unidas. Mais uma vez, é um desígnio para mim pessoalmente e para muitos autarcas e para muitas pessoas no mundo que o mundo possa de facto continuar a desenvolver-se, mas com uma outra filosofia, uma filosofia não predadora de recursos, é todo um outro conceito, toda uma outra proposta, toda uma outra filosofia que as Nações Unidas propõem ao mundo e que localmente tem esta aplicação. Em breve os senhores deputados vão ser chamados também porque nós estamos neste momento já a trabalhar ativamente num relatório local voluntário e os senhores vão ter a oportunidade porque que já tiveram, mas vão ter novamente a oportunidade de se pronunciar sobre o Relatório Local Voluntário do Município de Loulé que pessoalmente gostava de cessar as minhas funções e deixar mais esse documento importante para o futuro das próximas gestões autárquicas. -----

O **Presidente da Assembleia** disse: antes de passar a palavra aos senhores deputados, exprimir em nome de toda a Assembleia Municipal aquele que é o nosso orgulho, enquanto louletanos e eleitos por Loulé, relativamente aos prémios que o Município e o senhor Presidente receberam nesta matéria, onde o reconhecimento dos pares tem sido unânime e visível e onde também o reconhecimento desta Assembleia Municipal já por várias vezes foi tido nesta área do ambiente, como em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

outras em que o Município se tem distinguido, portanto, sentimo-nos todos orgulhosos com o seu prémio, senhor Presidente, pese embora o pouco à vontade de estar a falar sobre si próprio nisto, mas é o que é, o senhor é que tem que usar a palavra, mas, pronto, penso que todos nós percebemos, foi o Município e foi o seu Presidente, o Presidente do Município, no fundo o Presidente de todos nós. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

k)- Proposta da Câmara Municipal n.º 74-2025 [GAIQ] - Apresentação de Relatório de Monitorização e execução do Plano de Prevenção de riscos de corrupção e Infrações conexas (2023).-----

O Presidente da Assembleia disse: Não havendo inscrições partimos do princípio que se revêm nas palavras do Presidente da Assembleia, pelo que estamos em condições de passar para a alínea k). Para conhecimento, tem a palavra senhora vereadora Marilyn Zacarias. -----

A Vereadora Marilyn Zacarias tomou a palavra e disse: boa noite senhor presidente, na sua pessoa cumprimento a todos os presentes e quem se encontra em casa. Trazemos para conhecimento o Relatório do Plano de Prevenção do Risco da Corrupção referente ao ano 2023, o plano de prevenção foi aprovado em 2020 nesta casa, manteve-se sem alterações até 2023, são de 3 anos a revisão, agora em 2025, vamos começar a preparar as alterações para o novo plano, vamos atualizar, vamos ao encontro das novas necessidades, muitas das medidas preventivas indicadas já observadas no momento da revisão do presente plano para proceder a uma sistematização das mesmas no sentido de promover a sua cultura organizacional, portanto, já estamos a prever com os técnicos da Câmara Municipal algumas alterações e adaptações, muitas delas já estão neste momento fora de contexto. Como já disse, o plano é revisto a cada 3 anos, toca-nos agora em 2025 fazer esta revisão. A análise podemos dizer que foi eficaz, temos aqui mais de 70% de eficácia da implementação com sucesso alcançado na mitigação dos riscos e temos em alguns dos locais, inclusive, um grau de satisfação de 100%. Fico ao dispor. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----



an
Mig
JL.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

I)- Proposta da Câmara Municipal n.º 118-2025 [DECEC] - Ratificar a celebração de um Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira com a Agência Portuguesa do Ambiente para conhecimento.

O Presidente da Assembleia disse: Obrigado senhora vereadora. Não havendo inscrições, a Assembleia tomou conhecimento da alínea k) e passamos à alínea l). Para conhecimento, tem a palavra senhor vereador Carlos Carmo.

O Vereador Carlos Carmo tomou a palavra e disse: muito obrigado senhor Presidente. Cumprimento a todos os presentes na sua pessoa e a quem nos assiste. Basicamente este é um assunto para conhecimento, tem a ver com o segundo ano consecutivo que o Município concorre a um concurso da Agência Portuguesa do Ambiente, um concurso de eficiência hídrica que, juntamente com escolas que desafiamos, implementamos pequenos projetos de eficiência hídrica e neste caso será na Escola Secundária de Loulé e também na Escola Manuel Alves com dois pequenos projetos para mais uma vez implementarmos medidas de eficiência hídrica. Basicamente é a ratificação deste protocolo que foi a Reunião de Câmara e que consideramos que deveria ser dado conhecimento a esta Assembleia. Estou ao dispor para qualquer questão.

O Presidente da Assembleia, muito obrigado senhor vereador. Antes de passarmos à próxima alínea, senhores deputados, acham muito piada aos sons aquando da aproximação do final do tempo, mas não se esqueçam que na Assembleia da República neste momento penso que nem há pré-aviso e por isso simplesmente os microfones desligam, portanto, estamos aqui numa base intermédia que permite alguma margem.

Dizer-vos também que após a alínea m) iremos assistir a uma apresentação do Tiago Carrão sobre a plataforma das Assembleias online nomeadamente para aqueles que não tiveram cá da outra vez e com as novas alterações que entretanto foram introduzidas e que uma outra coisa que nós iremos ter que deliberar em breve que é sobre a utilização do voto automático para votações secretas, o sistema está preparado para ser completamente anónimo o voto de toda a gente, nem pelo BackOffice se consegue ir lá, isto já está aprovado e aprovado em várias Assembleias, a Associação Nacional das Assembleias Municipais também já deu um parecer, já pedi um parecer jurídico sobre isto e está previsto e está em condições, mas sobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

isso o Tiago Carrão falará melhor do que eu uma vez que é área dele.-----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

m)- Proposta da Câmara Municipal 356/2025, Declarações sobre Pagamentos, Recebimentos em atrasos e Compromissos Plurianuais. -----

O Presidente da Assembleia disse: Passamos então à alínea m). Tem a palavra senhor vice-Presidente. -----

O Vice-Presidente tomou a palavra e disse: de uma forma muito sintética, são as declarações que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal tomam conhecimento, todos os pagamentos e recebimentos em atraso, estão registados, neste caso não há pagamentos em atraso do Município, existem recebimentos em atraso e que todos os compromissos plurianuais estão devidamente registados de acordo com a SNC-AP. Se houver alguma questão estarei disponível para responder. Obrigado. -----

O Presidente da Assembleia disse: muito obrigado senhor vice-Presidente. Senhora Deputada Ana Poeta do PAN tem a palavra. -----

A Deputada Ana Poeta (PAN) tomou a palavra e disse: tenho três questões: estão cerca de 2 milhões de euros em abastecimento de água, resíduos sólidos e água residuais. Eu gostava de saber se estes fornecimentos já foram cancelados porque algumas das entidades têm valores muito elevados, não conseguimos perceber como é que conseguem atingir este tipo de valores. A segunda questão, em fevereiro de 2024 contratamos uma prestação de serviços para um outdoor propriedade do Município de Loulé por ajuste direto a uma empresa por 19.498,00€, à data de 31 de dezembro eles deviam-nos em taxas 11.707,00€, eu gostava de saber se essa dívida é antes ou depois da contratação do serviço, se nós pagamos pelo serviço, ou se fizemos um acerto de contas, ou se podemos vir a fazer. A terceira questão prende-se com o facto também de no dia 31 de dezembro estarem por receber cerca de 750.000,00€ em refeições escolares, eu gostava de saber como é que funciona, qual é que é o procedimento nas escolas? Por exemplo, as famílias ou as crianças que não pagam as refeições, se não lhes dão mais refeições ou se os pais podem continuar a acumular a dívida?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da Assembleia disse: obrigado senhora Deputada. Tem a palavra senhor vice-Presidente David Pimentel.

O Vice-Presidente tomou a palavra e disse: senhora Deputada Ana Poeta, de facto da parte das dívidas ou dos recebimentos em atraso mais significativos diz respeito à água, saneamento e resíduos e efetivamente nós temos feito várias diligências no sentido de atenuar este valor com as diversas entidades. Como é do conhecimento da Assembleia Municipal reativamos as execuções fiscais, aliás até deu aqui alguma celeuma na Assembleia Municipal, mas é uma das formas que temos para efetivamente conseguir que as entidades, neste caso, algumas destas empresas e em nome individual honrem os seus compromissos. Iniciamos também o corte do fornecimento de água, efetivamente a sua questão é nesse sentido, há vários fornecimentos que foram cancelados ao longo do ano 2024 e procuramos sempre até o limite da nossa capacidade que haja um plano de pagamentos prestacional, evitamos ao máximo cancelar porque quer uma atividade económica, quer uma residência de uma pessoa cortar água não é algo que o Município goste de fazer, mas como última consequência tem acontecido e isso tem feito com que haja algum acelerar nos pagamentos.

Em relação àquela entidade que foi contratada e que tem uma dívida, há sempre um acerto de contas, nenhum pagamento é feito, normalmente a direção administrativa e financeira bloqueia sempre os pagamentos sempre que consegue cruzar a informação, aqui que está dos recebimentos em atraso, e já tem acontecido esses encontros de contas que refere, eu sobre esta entidade em particular não lhe sei dizer, mas seguramente que haverá esse cuidado.

No que diz respeito às refeições escolares, é uma realidade que tem progredido, nós de facto estamos com mais alunos, temos um sistema em que os pais de facto têm que processar mensalmente, portanto, recebem um resumo mensal das refeições dos seus educandos e têm que o processar ao final do mês. Dar nota que o Escalão A não paga, o Escalão B paga 50%, e todos os restantes processam um valor normal que é um valor um pouco acima de 1,5€, francamente já não me recordo qual é o valor aqui, mas está tabelado de acordo com a lei. Mas aqui pedia se calhar, se o senhor Presidente permitir, passar a palavra aqui à senhora Vereadora Ana Machado, pode adicionar muito mais detalhadamente a informação de como está a ser gerido minuciosamente, tipificada a dívida, um trabalho com cada pai, cada encarregado de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

educação.

O Presidente da Assembleia disse: Senhor vereadora Ana Machado tem a palavra.

A Vereadora Ana Machado tomou a palavra e disse: muito boa noite senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos. É verdade que desde 2019 até agora temos 730.000,00€ de dívidas de refeições escolares, o que equivale a cerca de 10%, mais ou menos, uma média de 100.000,00€ por ano, dizer-lhe que como causas nós podemos dizer que houve o agravamento da crise económica, que houve aumento de desemprego e inflação, que há pobreza envergonhada e dizer que há muitos estrangeiros, muitos migrantes que chegam e que não sabem que podem beneficiar do Escalão A e que até que isso seja feito não é assumido essa refeição e como vai-se contabilizando a dívida. Isto deve-se também ao facto de desde 2019 ter havido, por proposta dos senhores diretores, alteração no sistema de pagamento, até então era um sistema pré-pago, ou seja, compravam-se antes as senhas e depois quem tinha senha comia, quem não tinha não comia. Nessa altura pediram por simplificação de processos, a alteração para um sistema pós-pago. O que é que temos feito, por exemplo, no ano de 2024 foram emitidas faturas no montante de 794.596,62€, foram cobradas 635.612,00€, normalmente dentro do prazo, fora do prazo porque recorremos a SMS, e-mails, a telefonemas, a condicionamentos, não têm dívidas de refeições, se tiver dívidas de refeições não podem frequentar programas ou não pode beneficiar de apoio à renda, por exemplo, nesse âmbito, pós-prazo recuperamos 158.957,00€, ou seja, houve uma dívida de 33.000,00€. Em suma dizer que é apanágio deste Executivo não deixar crianças sem comer, nós assumimos que fazendo tudo o que nos é possível existe este tipo de dívidas. Referir ainda que se calhar metade do valor da dívida, anda à volta dos 330.000,00€, são de alunos que já não estão sequer inscritos no nosso concelho, ou seja, ou regressaram para os seus países de origem ou foram embora e perdemos-lhe o rasto, não sendo possível qualquer notificação para obter essa dívida.

O Presidente da Assembleia disse: muito obrigado senhora vereadora. Tem a palavra senhor Deputado Bruno Guerreiro, Partido Social-Democrata.



ant
M&C
CL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Deputado Bruno Guerreiro (PSD) tomou a palavra e disse: senhora Vereadora só uma questão, tendo a senhora o Pelouro da Educação, nesta questão das dívidas incobráveis e aqui pondo totalmente a parte política de lado porque como a senhora Vereadora bem sabe há muitos destes miúdos que as únicas refeições que fazem é as refeições que fazem na escola, e nós sabemos bem isso, o valor que está aí considerado contabilisticamente e se calhar agora a questão é mais para o senhor Vice-Presidente David Pimentel, será que não há maneira destes valores desaparecerem daí, digamos, é a única refeição que estas crianças fazem, durante o dia todo é a única refeição como você bem sabe já cheguei a pontos de por causa de dívidas disto e daquilo, pago eu, a questão é será que não há maneira de nós apoiarmos? Se bem que é assim em 100 casos se calhar há 20 casos que realmente podem pagar, mas temos 80 casos que nós sabemos que não podem pagar, temos que arranjar uma solução porque como o Presidente disse e bem, nós temos dinheiro, há pessoas que têm que ser propriamente ajudadas. Muito obrigado. -----

O Presidente da Assembleia disse: muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra senhora vereadora. -----

A Vereadora Ana Machado tomou a palavra e disse: isso é tudo verdade o que disse, parte pode ser resolvido com a informação às pessoas de que podem pedir o Escalão na Segurança Social. Como muito bem sabe, muitas vezes não são só as refeições que comem, como também são as que levam sempre que sobra e a escola onde o senhor Deputado está é um bom exemplo disso. Não sabem que podem pedir o Escalão A e que isso seria assumido pela Ação Social Escolar e, sim, estamos a ver a possibilidade porque quando foi levantada a hipótese e até foi proposta em sede de proposta de um orçamento já há alguns anos e julgo que foi pelo Bloco de Esquerda da oferta de refeições escolares a todos, nós pedimos um parecer e que nos foi dito que isso não seria possível, sabemos que há outros municípios que ofertam e, portanto, estamos a tentar perceber como é que se nós não podemos como é que os outros podem.-----

O Presidente da Assembleia disse: muito obrigado senhora vereadora. Senhor Deputado Carlos Martins tem a palavra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Deputado Carlos Martins (BE) tomou a palavra e disse: só queria pedir três pedidos de informação, em primeiro lugar é a dívida continua acima dos 3,4 milhões de euros, o que é realmente significativa e pergunto se em relação aos anos anteriores tem havido redução e que valor. Esta redução das dívidas, como não vejo aqui as empresas municipais, deduzo que ao longo de 2024 tenham cumprido com os seus pagamentos para com a Câmara Municipal. Temos aqui 22 empresas com dívidas elevadas, alguns transitam de ano para ano e pergunto se existe algum acordo de pagamento faseado com estas empresas.

O Presidente da Assembleia disse: muito obrigado Deputado. Tem a palavra senhor vice-Presidente David Pimentel.

O Vice-Presidente tomou a palavra e disse: senhor Deputado Carlos Martins, a dívida de 2024 de facto situa-se em 3.437.000,00€, portanto, recebimentos em atraso. Em relação aos anos anteriores posso lhe dizer que a trajetória de 2020 que o valor à data era de 3.6000.000,00€, estava a ser de facto descendente até o ano passado, mas efetivamente em 2024 há aqui uma evolução de 8.5%, há uma progressão de 271.000,00€ de dívida ou de recebimentos em atraso adicionalmente, perfazendo os 3.400.000,00€ quando em 2023 tínhamos 3.160.000,00€, 100.000,00€ desta variação é de refeições escolares, conforme estava a dizer a senhora Vereadora Ana Machado, é aquilo que tem contribuído por vezes anualmente para o aumento. Importa sinalizar que durante este período que acabei de referenciar o município de Loulé tem muito mais atividade do que tinha, portanto, mais volume de atividade, mais prestação de serviços, mais contadores de água instalados, mais controlo da água não faturada também significa efetivamente que hoje estamos a controlar melhor o processo de fatura e também algumas pessoas estão atrasar pela conjuntura económica que creio que aqui também já ficou referida que não estará fácil. Sinalizar que efetivamente qualquer pessoa que aborde a Câmara Municipal no sentido de um pagamento prestacional a dívida sai daqui, senhor deputado, portanto, quando refere isso sobre as empresas que estão aqui com dívidas se tivessem, e é algo que nós pressionamos fortemente para que isto não tem que evoluir juridicamente para outras vias, que depois da tentativa de pagamento, e conforme disse, execução fiscal, poderá haver circunstâncias mais gravosas a evoluir. Queremos sempre evitar porque acreditamos piamente que todas as entidades que temos sejam elas empresas, ou pessoas em nome individual querem honrar os seus compromissos e, sim, não há



an
m
cl

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

dívidas das empresas municipais, portanto aquilo que durante alguns anos ou pelo menos desde que tenho o privilégio de estar aqui convosco durante dois anos estava nesta tabela como dívidas de empresas municipais e deixaram de estar, portanto, todos os seus compromissos estão honrados em tempo útil e deixaram de estar nesta listagem.

O Presidente da Assembleia disse: muito obrigado senhor vice-Presidente. Tem a palavra o senhor Deputado Bruno Guerreiro.

O Deputado Bruno Guerreiro (PSD) tomou a palavra e disse: senhor Presidente, peço desculpa voltar ao tema das crianças, mas estava a tentar fazer aqui uma conta rápida e baseado no que a senhora Vereadora Ana Machado disse, era importante mesmo vermos a questão de como é que os outros municípios conseguem ofertar porque afinal de contas dos 749.000,00€ tivermos, e penso que esse seja valor acumulado certo, não é um valor anual, vamos dizer que o valor anual fosse 749.000,00€ e que metade desse valor era real de famílias que tinham necessidades, estamos a falar de investir 0,1% do nosso orçamento para ajudar estas famílias, isto era importante perceber como é que os concelhos vizinhos fazem esta máscara contabilística de maneira que nós, que temos mais capacidade que eles, consigamos fazer algo pelas nossas famílias, pelas famílias que cá estão porque é importantíssimo.

O Presidente da Assembleia disse: muito obrigado Deputado. Tem a palavra a senhora Carla Gomes do CDU.

A Deputada Carla Gomes (CDU) tomou a palavra e disse: não sei se percebi bem, o senhor Vice-Presidente disse que quando existe um plano de pagamento a dívida não fica aqui refletida nestes valores, eu gostaria de saber estes valores, qual é o prazo médio de dívida? Qual é o prazo que está em dívida? Qual é a mais antiga se já transitam de um ano para outro porque é que não é feito um tratamento? Porque possivelmente não vão recuperar dívidas incobráveis.

O Presidente da Assembleia disse: muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra senhor vice-Presidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Vice-Presidente tomou a palavra e disse: eu não lhe consigo dizer a antiguidade das dívidas, mas de acordo com a legislação que aí está elencada no último ponto, nas pessoas coletivas apenas com o valor superior a 5.000,00€ é que são aqui individualizadas e elencadas e com um atraso superior a 90 dias, se a memória não me falha. Se transita de um ano para o outro garantidamente já está provisionado, portanto, nós vamos lutar até o limite das nossas capacidades para sermos resarcidos por aquilo que é uma dívida, seja ela de taxas de publicidade, seja ela de abastecimento de água, seja de uma entidade privada, seja de uma entidade individual, ou de uma família. Em todo o caso, todas estas verbas quando passam a ser de cobrança duvidosa estão devidamente provisionadas em termos contabilísticos, portanto, poderá haver um momento de reconhecemos que são incobráveis. Em termos financeiros já fizemos a salvaguarda necessária e o que posso confessar é que todos esses casos recorrentes estão devidamente salvaguardados em termos de gestão financeira.

O Presidente da Assembleia disse: muito obrigado senhor vice-Presidente. Não há deputados inscritos. Nesse caso daria a palavra a Tiago Garrão.

O Tiago Carrão tomou a palavra e disse: Ora boa noite a todos. Vou tentar ser breve até porque algum disto já vimos a semana passada e também a hora já vai longa e certamente têm mais que fazer do que me ouvir. Para relembrar então alguns de vocês, para outros será ver pela primeira vez, todos vocês, deputados eleitos efetivos, têm o acesso que foi entregue naquele cartão, alguns de vocês já alteraram a palavra-passe para uma password da vossa preferência e esse acesso é feito, reemboro, a qualquer momento, ou seja, não precisam de esperar pelos links, a qualquer momento podem aceder à plataforma que está acessível em assembleia.cm-loule.pt, este é o site institucional, é o site que qualquer cidadão tem acesso à informação toda da Assembleia, a sua atividade, a composição, podem explorá-lo, os cidadãos também podem, por exemplo, acompanhar a sessão que este momento já se encontra aqui a decorrer, está aqui logo a transmissão embutida, ou seja, passa a ser um espaço digital onde está toda a informação, não é preciso ir ao YouTube para ver a transmissão e depois ir ao site da Câmara Municipal para ver outra coisa, não, está tudo concentrado naquilo que é o site da Assembleia Municipal, onde estão já aqui, como podem ver, as votações que fizemos hoje, ou seja, o voto eletrónico, hoje já correu bastante melhor do que correu a semana passada e para a próxima ainda vai



*ant
Mig
A.*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

correr melhor, já têm esta vantagem, ou seja, há aqui uma total automatização e comunicação de forma transparente dos resultados das votações que ficam aqui claramente também identificados os eleitos e os seus respetivos sentidos de voto. A composição também está aqui, como já vimos a semana passada, o site institucional, eu não vou perder aqui muito mais tempo, é fácil de explorar e também a grande novidade é o facto de realmente ter aqui muita automatização de informação, tem também aqui já uma primeira notícia do site, os grupos municipais, a respetiva composição, nada como explorar.

Depois sobre a plataforma em si que é acessível, ou seja, a partir do momento em que vêm ao site tem aqui em cima o acesso através desta roda dentada ou então poderá ser o símbolo de uma seta se ainda não tiver entrado, clicando aqui os senhores eleitos têm então acesso ao painel, no painel têm aqui listadas as sessões, se estivermos numa sessão da Assembleia Municipal, como estamos neste momento, tem logo o aviso que está a decorrer uma sessão e podem clicar aqui, ir logo para a sessão que está a decorrer. Mas antes disso só dizer ou relembrar que as passwords que vocês têm são passwords que foram geradas automaticamente, não são fáceis de memorizar, a minha sugestão é que acedam ao vosso perfil e depois aqui possam vir à palavra-passe e colocar uma palavra-passe da vossa preferência que é totalmente encriptada, segura, só vossa, a qualquer momento se se esquecerem quando tentam entrar tem lá a possibilidade esqueceu-se da sua palavra-passe e fazem recordar e recebem no vosso e-mail, à semelhança de todos os outros logins que já têm acesso e que podem conhecer. Como eu dizia, então as sessões podemos assistir à sessão de hoje que estamos, está aqui precisamente a decorrer aqui, podem consultar a Ordem de Trabalhos, vocês já devem ter recebido e-mails e SMS com informações da Convocatória e da documentação, vem logo lá o link e tudo onde podem aceder diretamente à plataforma onde depois têm então aqui a Ordem de Trabalhos, a documentação da Ordem de Trabalhos e também já estão aqui, obviamente, os resultados das votações, aqui acertei num ponto que tem votação, aqui está uma das votações, toda esta informação fica logo aqui concentrada, não só da sessão que está a decorrer, como de todo o histórico das sessões. Nós estamos neste momento a migrar para aqui os dados do passado, mas já estão as mais recentes, diria deste mandato já estão praticamente todas concluídas. É esta a informação que vocês têm. Dar só nota que ao longo da última semana, e a última semana foi um bocadinho mais curta com o Carnaval pelo meio, mas já temos algumas novidades, algumas delas que vocês já viram que é o facto de na projeção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

apresentar logo os resultados diferenciados por grupos, tem também a possibilidade, e agora que era uma situação que o senhor Presidente tinha falado que era a projeção estava demasiado curta e não era possível voltar a repescá-la, neste momento já é possível, como o Presidente da dada da altura fez reprojetar os resultados na sala, caso seja necessário, também fizemos várias correções, coisas menores até do site institucional, só para ficar claro, o projeto tem 6 anos de maturidade, mas cada Assembleia tem as suas particularidades, tem a sua forma de trabalhar e em particular esta versão é super moderna, ou seja, nós lançamos esta nova versão refeita completamente do zero, em setembro com a experiência destes talis seis anos que eu falava, e neste momento é uma versão que está a correr em todas as Assembleias com quem trabalhamos, cada uma com as suas particularidades, temos assembleias, ela é igual para todos, mas os regimentos têm sempre bastantes variações. ----- Há parte disso, também como o senhor Presidente dizia sobre a questão do voto secreto que é uma questão também que nos perguntam sempre várias vezes, dar-vos obviamente na nossa parte assegurar que tecnicamente os dados são logo encriptados, aliás, vocês verão facilmente que só são apresentados valores absolutos, não há discriminação, todos eles a partir logo de determinado ponto são completamente anonimizados e passam a ser considerados apenas um número, deixa de haver relação, nós temos também inclusivamente trabalhado com sucesso com as Assembleias com quem trabalhamos com o voto eletrónico, com o voto secreto, aliás, os comandos que têm estas setas, se repararem, tem umas setas que ainda nunca utilizaram até hoje, será para selecionar as opções de voto no voto secreto porque o voto secreto provavelmente poderá não ser a favor ou contra, será se calhar para escolher entre nomes, tendencialmente será para isso. Dizer também que teremos essa preocupação tecnicamente completamente assegurada, mas legalmente também falamos com a Associação Nacional das Assembleias Municipais, a ANAM, que também validou juridicamente e legalmente a nossa solução técnica para o voto secreto e que tem funcionado também com bastante sucesso. Dizer também que a questão da automatização de documentos, que é também algo que não se vê se calhar tanto do vosso lado, mas que poupa imenso trabalho à Mesa e, acima de tudo, também aos serviços com a produção de documentos, ou seja, a produção da Minuta da Ata que no final era sempre necessário estar a criar o documento, a carregar os resultados das votações, neste momento o senhor Presidente já tem ali o documento Word aberto à frente com os resultados todos, tudo direitinho pronto a seguir para edital, aqui há uma poupança de trabalho muito significativa, já para não falar também



*an
Hector
A.*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

depois da ata que feita com inteligência artificial, com a transcrição com uma fiabilidade mesmo muito elevada e aí também é um ganho, estamos a falar horas e horas para não dizer dias de trabalho que vão ser poupadados aos serviços que, certamente, agradecerão também essa inovação. Posto isto, senhor Presidente, não sei se há assim mais algum tema que quisesse que eu toque em particular, mas eu creio que com esta explicação também aquilo que já vimos a semana passada, obviamente, também estamos a qualquer momento disponíveis para esclarecer alguma questão técnica do site ou da plataforma podem também contar connosco.---

O Presidente da Assembleia disse: senhores deputados se houver alguma questão que queiram pôr diretamente, ainda temos alguns minutos, estejam à vontade para a colocar, caso contrário subscrevo a sugestão do Tiago Carrão que é viagem um bocadinho pela vertente pública do site e depois pela parte dos deputados e dúvidas que surjam não tenham problemas em colocá-la por e-mail à Mesa que arranjará a solução ou arranjará quem arranja.-----

Posto isto vou passar à leitura da minuta data com a fórmula do costume: -----

O Presidente da Assembleia passou à leitura da Ata Minuta referente à sessão de hoje. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, Carlos Jorge Santos Silva Gomes, ao abrigo da legislação, faz público na continuação da Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2025 realizada em 06 de março de 2025 e aprovada em minuta, a Assembleia tomou as seguintes deliberações: -----

b) - Ponto de situação referente ao Centro Oncológico de Referência do Sul (CORS) no Parque das Cidades; a Assembleia discutiu o assunto; -----

e) - Proposta 206-2025 [DMADS] - Emissão de Declaração de "Inequívoco Interesse Público" relativo à instalação de um Estabelecimento Escolar do 1º Ciclo (Escola Internacional), na freguesia de Almancil, cujo promotor é a Sociedade Above Inspiration Lda., nos termos do estabelecido na alínea d) do n.º 3 e do n.º 8 do artigo 88.º - A do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Loulé, na sua versão mais atual; foi retirada da Ordem de Trabalhos para análise na Conferência de Representantes; -----

f) - Proposta 201-2025 [GAP] - Aprovação da Minuta da Escritura de compra e venda de ações, ao abrigo da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

de 12 de setembro, (RJAL) na sua atual redação, foi aprovada por maioria, com 35 votos a favor (22 PS, 7 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS) e 2 abstenções (1 CDU, 1 PAN);
g) - Proposta 2265-2024 [DRU] - Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé - Cidade Intramuros e Mouraria - Aprovação do Relatório de avaliação da execução da operação de Reabilitação Urbana (ORU) e aprovação da delimitação da área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé - Cidade Intramuros e Mouraria; foi aprovada por unanimidade; -----
h) - Proposta 2356- 2024 [UOSJ] - Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal, de uma parcela de terreno com a área de 4.134,00 m², inserida no Loteamento titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 2/2009, situado no sítio das Pereiras, freguesia de Almancil, concelho de Loulé; foi aprovada por unanimidade;
i) - Proposta 2301-2024 [DACEC] - Presença do Município de Loulé na 29.º Conferência das partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP29), realizadas em BAKU, Azerbeijão, entre os dias 18 e 22 de novembro de 2024; foi dado conhecimento; -----
j) - Proposta 1-2025 [DACEC] - Município e Autarca de Loulé distinguidos nos Prémios ODSLocal; foi dado conhecimento; -----
k) - Proposta 74-2025 [GAIQ] - Apresentação de Relatório de Monitorização e execução do Plano de Prevenção de riscos de corrupção e Infrações conexas (2023); foi dado conhecimento; -----
l) - Proposta 118-2025 [DACEC] - Ratificar a celebração de um Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira com a Agência Portuguesa do Ambiente; foi dado conhecimento; -----
m) - Proposta 356-2025 [DAF] - Declaração sobre pagamentos/recebimentos em atraso e Compromissos Plurianuais; foi dado conhecimento; -----
Depois de lida a presente Ata Minuta, vai ser posta á votação.

Passou-se à votação; -----

A Ata Minuta foi aprovada por unanimidade, às 00h22 do dia 07 de março.

O Presidente da AML disse: Vamos abreviar o encerramento, a todos e a todas, muito obrigado pela vossa participação e aqueles que nos assistem em casa, muito obrigado também, por nos verem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Presidente da Assembleia deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata cujos documentos anexos passam a fazer parte integrante, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA Sónia Correia

O 1º SECRETÁRIO Fernando Serrano Magres

A 2ª SECRETÁRIA Márcia

Assunto:

Moção pelo Centro Oncológico do Algarve e avanço do Hospital Central

*O.A.
A. J. G.*

Em oncologia o tempo é vida!

Nos últimos tempos, porém, esta realidade parece ser outra...

Todos os anos os hospitais do Algarve gastam mais de seis milhões de euros em exames e tratamentos oncológicos e há doentes a ir a Lisboa ou a Sevilha (Espanha) receber tratamentos que não existem na região sul do país.

A Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, assumiu em Plenário da Assembleia da República, que teve lugar este mês, que o Governo não irá avançar com a construção do Centro Oncológico de Referência do Sul (CORS), obra esta que tinha sido proposta pelo PS e apoiada pelo PSD quando estava na oposição.

Esta unidade de saúde, com resposta oncológica, há tanto ambicionada pelos algarvios, estava projetada para tratar 3.500 doentes por ano, tinha financiamento aprovado em sede de Orçamento de Estado e contava também com 8 milhões de euros de financiamento europeu, já aprovado no âmbito do programa regional 20/30.

O interesse dos algarvios e dos doentes oncológicos da região não pode ser prejudicado por táticas partidárias ou por negócios de saúde privada, incumprindo promessas eleitorais, com o Governo a recuar, depois de ter inscrito, e de ter sido aprovado, o Centro Oncológico do Algarve, no Orçamento do Estado.

Assim e considerando que;

- A OCDE aponta um aumento de 35% de doenças oncológicas até 2040, a administração do Centro Hospitalar do Algarve decidiu, em 2022 avançar com a criação de uma unidade oncológica na região, tendo este projeto sido incluído no programa eleitoral do Partido Socialista e no programa de Governo.
- A Câmara de Loulé e a Câmara de Faro disponibilizaram em conjunto, um terreno para a construção da nova Unidade Oncológica na área verde e de equipamento do Parque das Cidades, que totaliza uma área de 311 mil metros quadrados, de acordo com o Plano de Pormenor.
- Não podemos deixar que sejam arranjados pretextos para a não construção, referindo que o projeto da Unidade Oncológica é superior ao terreno, o que não é verdade uma vez que a construção desta unidade implica a construção de 7 mil metros quadrados numa área de 311 mil metros quadrados.

(Por aqui se demonstra que a Ministra da Saúde estava mal informada quando na sua intervenção na Assembleia da República sustentou erradamente que "o peixe é maior que o barco".)

• Já em 2008, os municípios de Loulé e Faro, tiveram necessidade de proceder a uma alteração do Plano de Pormenor do Parque das Cidades, em matéria de índices de construção, de forma a compatibilizar o documento com o Plano Funcional do novo Hospital Central do Algarve. Sendo por todos consensual que ninguém, em parte alguma de Portugal, deixou ou deixará alguma vez de construir uma unidade hospitalar porque o índice de construção previsto num plano de ordenamento se revela insuficiente para responder às necessidades de um equipamento de interesse público, como um hospital.

Tendo em conta o exposto, os Deputados Municipais da Assembleia Municipal de Loulé exortam a Ministra da Saúde a reconsiderar a sua posição, e que:

- a) Aceite a disponibilidade publicamente manifestada pela Câmara Municipal de Loulé, para proceder a uma alteração simplificada do Plano de Pormenor do Parque das Cidades, aumentando, tal como efetuado em 2008, para contemplar o Hospital Central do Algarve, os índices de construção da atual área de equipamento;
- b) Mantenha a promessa eleitoral de concretização da unidade oncológica do Algarve, com um financiamento europeu aprovado de, pelo menos 8 milhões de euros e com verba igualmente inscrita no Orçamento de Estado de 2025, comprometendo todo o país em solidariedade com o esforço de investimento para os doentes algarvios que desde a troika viram adiar o Hospital então adjudicado e também não conseguindo adequado tratamento e respostas na área oncológica em comparação com a população de Lisboa, Centro e Norte do país;
- c) Não subjugue a saúde dos algarvios à tática partidária e aos interesses da saúde privada que ficaria em situação de monopólio na região.

Assim, o PS propõe à votação a seguinte deliberação:

- 1) Que o novo hospital central do Algarve, cujo processo ficou concluído e deixado na pasta de transição do Governo do PS para o Governo da AD, seja concursado sem mais delongas e que apenas a sua construção seja sujeita ao regime de Parceria Público-Privada, mantendo a gestão clínica confiada ao SNS;

- OK*
- PTA*
- 2) Que o Governo cumpra o que prometeu na campanha eleitoral e que mantenha o Centro Oncológico do Algarve como tarefa e responsabilidade pública no Orçamento de Estado.
 - 3- Que a tutela instrua a ULS Algarve para concertar uma posição técnica com as autarquias de Loulé e de Faro para prosseguir o respetivo licenciamento no Parque das cidades.

N.º Entrada 2/2025
25/02/2025



*Eduardo José
de Freitas*

*aj
A
Santos*

MOÇÃO

Foi celebrado em abril de 2023 um protocolo entre a Associação Parque das Cidades - à época presidida por Vítor Aleixo, constituída pelos Municípios de Loulé e Faro, e Centro Hospitalar Universitário do Algarve, hoje Unidade Local de Saúde, em nome do Estado Português, com vista à edificação de um centro oncológico de referência no Sul.

O Centro em causa deveria estar concluído até ao final de 2024 e serviria os distritos de Faro e Beja, o que representaria o tratamento de mais de três mil e quinhentos doentes oncológicos por ano.

Foi cedido um terreno pelo Município de Loulé para albergar o Centro, sucede que dois anos volvidos, os serviços da autarquia proferiram um despacho indeferindo a pretensão da construção do centro oncológico com base, em primeira instância, no facto de o terreno permitir apenas áreas verdes e não, como se designa no despacho, um centro oncológico.

Por outro lado, o projeto apresentado pela ULS Algarve, o qual foi contratado em 2023, extravasava os limites do terreno cedido. Segundo notícias vindas a público, o custo da infraestrutura não era de 14 milhões de euros, como tinha sido publicamente anunciado, mas sim de 50 milhões de euros, dos quais apenas 8 milhões estariam garantidos.

Disto tudo resulta: não há terreno, não há projeto e não há financiamento.

J

da Assembleia Municipal de Faro

Não obstante desta situação dramática, o qual traduz desleixo e incompetência altamente lesiva ao interesse do Algarve e dos algarvios, o Governo anunciou que as valências previstas para o centro oncológico que tinha sido anunciado, mas que nunca avançou, ficariam incluídas no Hospital Central do Algarve, o qual, segundo o Governo será objeto de lançamento de concurso ainda este ano.

De acordo com as normas regimentais em vigor, a Assembleia Municipal delibera:

- 1- Transmitir ao Governo que, o novo hospital com valências oncológicas é vital para servir condignamente a região;
- 2- Saudar o compromisso do Governo de, perante uma situação tão difícil, terem encontrado uma solução, que se exige que venha a ser posta em prática o mais célere possível;

A presente moção deve ser enviada ao Governo, aos deputados à Assembleia da República eleitos pelo Círculo Eleitoral de Faro e aos órgãos de comunicação social.

O Grupo Municipal do PSD